

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO DE 2018



ÍNDICE GERAL

1 - INTRODUÇÃO	6
1.2 - CONSIDERAÇÕES GERAIS	7
2 - ANÁLISE ORÇAMENTAL	8
2.1 - EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO	9
2.2 - EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - ÍNDICE DE EXECUÇÃO.....	10
2.3 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS	12
3 - ANÁLISE PATRIMONIAL.....	26
3.1. - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS -	27
3.2 - EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	28
3.3- ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA	28
3.4 - PROPOSTA PARA A APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO ANO DE 2018	30
CONCLUSÃO.....	31
4 - BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	32
4.1- BALANÇO	33
4.2. - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	37
5 - MAPAS RESUMO DA CONTABILIDADE ORÇAMENTAL	38
5.1. - CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA	39
5.2. - CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA	44
5.3. - RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	48
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	49



ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Execução das GOP'S	9
Gráfico 2 - Execução do PPI	10
Gráfico 3 - Evolução das Receitas	13
Gráfico 4 - Fundos Municipais (FGM - Fundo Geral Municipal, FBM - Fundo de Base Municipal, FCM - Fundo de Coesão Municipal (designações em vigor até 2007), FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro, FSM - Fundo Social Municipal e IRS - Participação Fixa no IRS (designações em vigor).	15
Gráfico 5 - Execução Orçamental da Despesa	17
Gráfico 6 - Despesa Corrente e Capital	18
Gráfico 7 - Estrutura de Resultados	29
Gráfico 8 - Dívidas a Curto, Médio e Longo Prazos	74



ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura e Execução do Investimento por Funções - Ano de 2018	11
Quadro 2 - Mapa comparativo da evolução da Execução do PPI.....	11
Quadro 3 - Execução Orçamental da Receita.....	12
Quadro 4 - Evolução das Receitas (2007 a 2018)	13
Quadro 5 - Fundos Municipais (FGM - Fundo Geral Municipal, FBM - Fundo de Base Municipal, FCM - Fundo de Coesão Municipal (designações em vigor até 2007), FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro, FSM - Fundo Social Municipal e IRS - Participação Fixa no IRS (designações em vigor)).	14
Quadro 6 - Execução Orçamental das Despesas	15
Quadro 7 - Evolução da Despesa	16
Quadro 8 - Despesas Correntes e Capital	17
Quadro 9 - Princípio do Equilíbrio - Execução Orçamental.....	18
Quadro 10 - Equilíbrio Orçamental.....	19
Quadro 11 - Limite da Dívida Total	20
Quadro 12 - Despesas com Pessoal (2017 e 2018)	21
Quadro 13 - Rácios de Estrutura da Receita	22
Quadro 14 - Rácios de Estrutura da Despesa	22
Quadro 15 - Resumo dos Fluxos de Caixa	23
Quadro 16 - Operações de Tesouraria	25
Quadro 17 - Variações Patrimoniais	27
Quadro 18 - Rácios de Gestão Financeira.....	28
Quadro 19 - Resumo dos Rácios	29
Quadro 20 - Balanço	33
Quadro 21 - Demonstrações de Resultados	37
Quadro 22 - Mapa de controlo Orçamental da Receita.....	40
Quadro 23 - Mapa de controlo Orçamental da Despesa.....	44
Quadro 24 - Mapa Resumo dos Fluxos de Caixa	48



Quadro 25 - Imobilizado Corpóreo	61
Quadro 26 - Imobilizado em Curso	62
Quadro 27 - Imobilizado Incorpóreo.....	62
Quadro 28 - Amortizações Acumuladas.....	63
Quadro 29 - Entidades Participadas	65
Quadro 30 - Fundo Patrimonial.....	66
Quadro 31 - Demonstração do CMVMC	67
Quadro 32 - Demonstração de Resultados Financeiros	67
Quadro 33 - Demonstração de Resultados Extraordinários.....	68
Quadro 34 - Dívidas a Curto Prazo, Médio e Longo Prazos	71
Quadro 35 - Outras Dívidas a terceiros 2018.....	73
Quadro 36 - Recebimentos e Pagamentos em atraso a 31/12/2018	76
Quadro 37 - Posição dos projetos candidatos em 31/12/2018	77
Quadro 38 - Prazo Médio de Pagamentos.....	77



1 - INTRODUÇÃO

Nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro (Novo Regime jurídico das Autarquias Locais) é da competência da Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas e submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal.

Um dos documentos de prestação de contas é o Relatório de Gestão, cujo conteúdo deve contemplar os aspetos referenciados no ponto 13 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL). Para além disso, deve conter um conjunto de informações que reflitam a situação funcional, operacional e económica da Autarquia. Tais informações destinam-se, não só para apreciação do órgão deliberativo, fiscalizador da atividade municipal e, para julgamento do Tribunal de Contas, como também para terceiros tais como fornecedores, entidades bancárias e cidadãos em geral, a fim de avaliarem a atividade desenvolvida e o seu impacto no desenvolvimento económico e social das populações.

Assim, cabe à Assembleia Municipal apreciar os documentos de prestação de contas na sua sessão ordinária de Abril do ano seguinte àquele a que respeitam, de acordo com o n.º 2 do artigo 27.º da Lei 75/2013 (Novo Regime Jurídico das Autarquias Locais) de 12 de Setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), republicado pela Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto, posteriormente, o órgão executivo remeterá para o Tribunal de Contas.

No ponto 2 das considerações técnicas do POCAL, estão discriminados os documentos de prestação de contas a enviar ao Tribunal de Contas, para controlo jurisdicional.

6



1.1 - NOTA PRÉVIA

Com este Relatório de Gestão pretende-se demonstrar:

- a) A situação económica relativa ao exercício, comparada com exercícios anteriores, analisando a evolução da gestão nos diversos sectores de Atividade Autárquica;
- b) Os níveis de execução mais relevantes da atividade financeira municipal, no que respeita à sua atividade económica e financeira (quer da receita quer da despesa);
- c) Uma síntese da situação financeira da autarquia, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise dos Balanços e das Demonstrações de Resultados;
- d) A evolução das dívidas a terceiros de curto, médio e longo prazo;
- e) A proposta fundamentada de aplicação do resultado líquido do exercício;
- f) Os factos relevantes ocorridos no exercício ou no termo do exercício anterior.

1.2 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

Da presente análise podemos tirar interpretações concretas de quais os desvios que se efetuaram às previsões iniciais, apontadas nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2018. Será através da leitura e interpretação dos números que podemos fazer uma análise da atividade económica - financeira do Município. No entanto, para que essa leitura seja mais esclarecedora, juntamos algumas notas explicativas que irão acompanhar cada elemento técnico.

Apontamos como metodologia de análise do Relatório de Gestão de 2018, fazê-la em dois grandes capítulos: Análise Orçamental e Análise Patrimonial.



2 - ANÁLISE ORÇAMENTAL


8



2.1 - EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

O gráfico infra, mostra-nos o grau de execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e do Plano de Atividades Municipais (PAM), por funções (% em relação ao total executado):

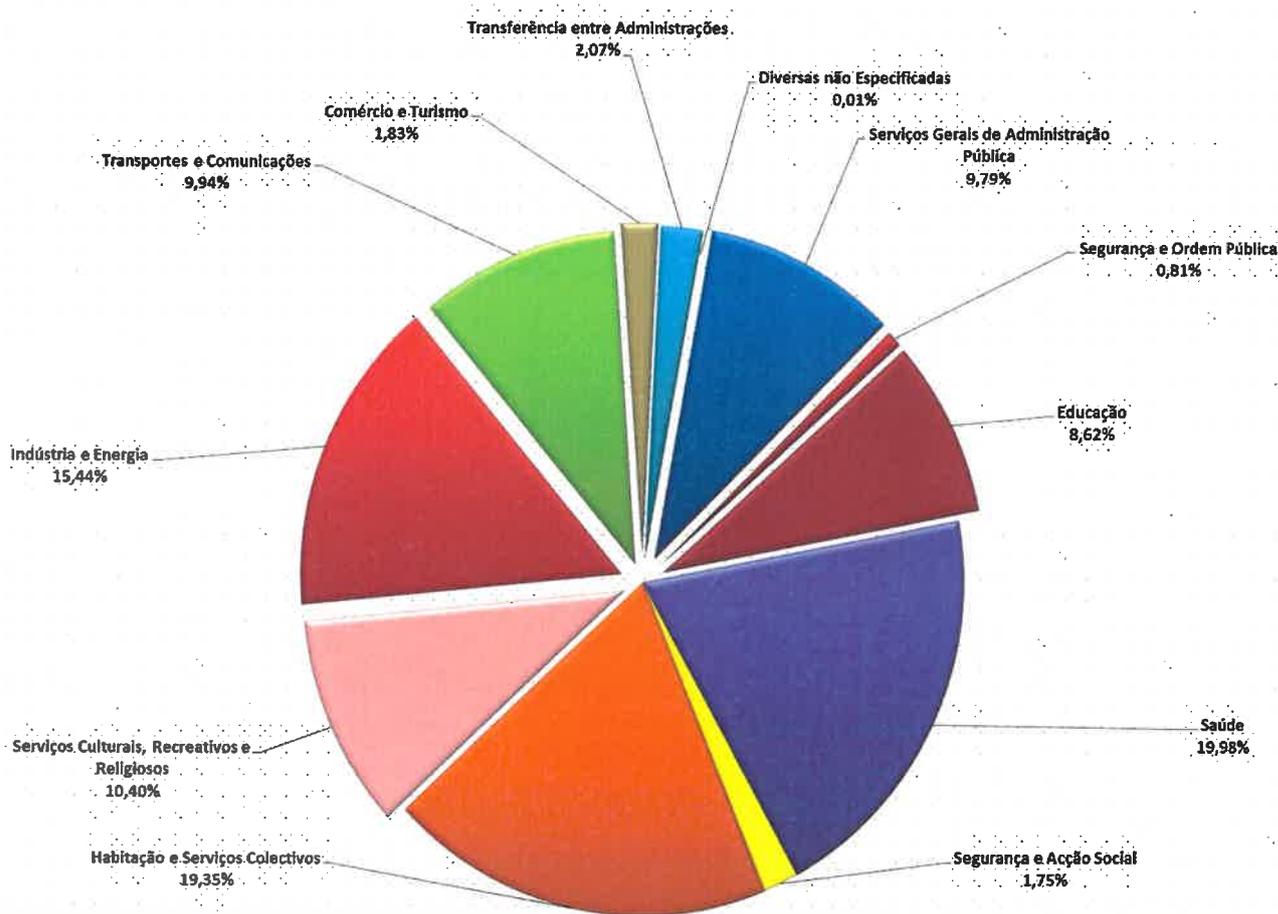


Gráfico 1 - Execução das GOP'S

9



2.2 - EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - ÍNDICE DE EXECUÇÃO

Importa fazer uma análise mais detalhada sobre este Plano, por nele constarem todos os projetos e ações que implicam despesas orçamentais a realizar por investimentos. Os objetivos principais definidos neste Plano, a que esta Prestação de Contas se refere, foram conseguidos. Referimo-nos concretamente às subfunções cujas taxas de execução anuais em relação ao montante previsto inicialmente, são as seguintes:

Saúde - 84,18%, Serviços Gerais de Administração Pública - 79,99%, Educação - 44,08%, Transportes e Comunicações - 29,58%, Segurança e Ação Social - 27,51% Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos - 19,83%, Habitação e Serviços Coletivos - 15,09% e Indústria e Energia - 5,38%.

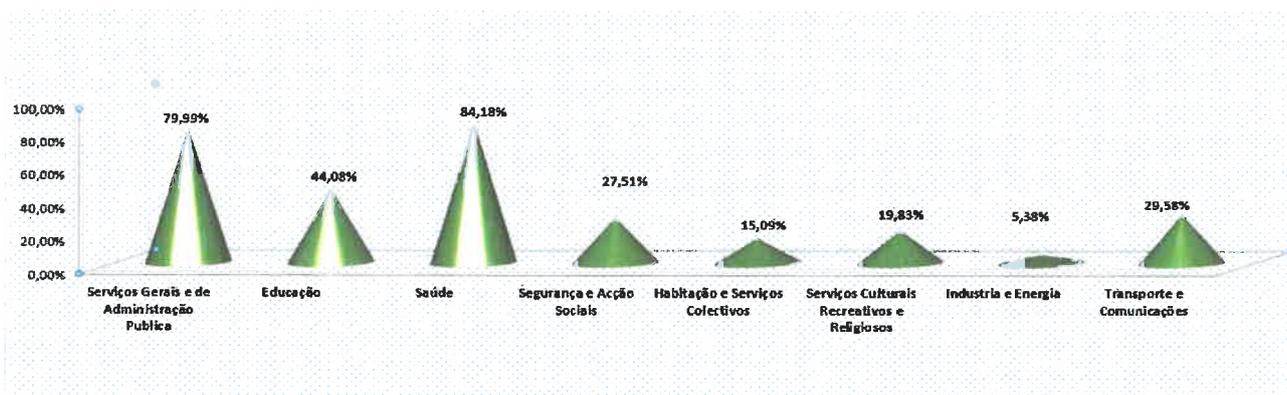


Gráfico 2 - Execução do PPI

Da leitura do presente gráfico e em consonância com o quadro a seguir descrito, conclui-se que a maior parte da despesa de investimento incidiu nas rubricas: **Saúde - 84,18%, Serviços Gerais de Administração Pública - 79,99%, Educação - 44,08% e Transportes e Comunicações - 29,58%, entre outros.**



Funções	Previsto	Executado	Desvio	Taxa de Execução %
Serviços Gerais de Administração Pública	351.220,76	280.931,89	-70.288,87	79,99
Educação	211.700,00	93.327,85	-118.372,15	44,08
Saúde	850.000,00	715.520,40	-134.479,60	84,18
Segurança e Ação Sociais	60.000,00	16.504,20	-43.495,80	27,51
Habituação e Serviços Coletivos	1.112.638,07	167.939,93	-944.698,14	15,09
Serviços Culturais Recreativos e Religiosos	53.500,00	10.611,65	-42.888,35	19,83
Indústria e Energia	392.200,00	21.111,63	-371.088,37	5,38
Transporte e Comunicações	1.187.800,00	351.295,91	-836.504,09	29,58
Comércio e Turismo	155.200,00	0,00	-155.200,00	0,00
Total Geral	4.374.258,83	1.657.243,46	-2.717.015,37	37,89

Quadro 1 - Estrutura e Execução do Investimento por Funções - Ano de 2018

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Previsto	8.746.001,27	8.563.680,48	12.884.489,28	13.095.658,25	7.128.912,80	2.593.350,00	2.900.175,80	1.515.067,95	4.184.558,35	4.374.258,83
Executado	2.055.893,21	2.979.906,87	4.534.900,19	5.619.156,06	4.617.059,55	1.653.432,69	1.962.114,96	652.285,50	1.624.315,06	1.657.243,46
%	23,51%	34,80%	35,20%	42,91%	64,77%	63,76%	67,66%	43,05%	38,82%	37,89%

Quadro 2 - Mapa comparativo da evolução da Execução do PPI

Da leitura do quadro supra, constata-se que no ano em análise, foi obtida a percentagem de execução em relação ao previsto de **37,89%**.

11



2.3 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

2.3.1 - RECEITAS - 2018

Económica	Classificação Descrição	Dotação			Execução	
		Inicial	Alterações	Actual	Cobrada	%
01	IMPOSTOS DIRETOS	845.058,00	0,00	845.058,00	1.211.471,27	143,4
02	IMPOSTOS INDIRETOS	2.330,00	0,00	2.330,00	2.653,81	113,9
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	48.521,00	0,00	48.521,00	44.355,89	91,4
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	10.082,00	0,00	10.082,00	10.859,49	107,7
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.352.291,00	0,00	6.352.291,00	6.422.282,49	101,1
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.303.675,00	0,00	1.303.675,00	1.239.088,10	95,0
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	104.172,00	0,00	104.172,00	9.528,10	9,1
	RECEITAS CORRENTES	8.666.129,00	0,00	8.666.129,00	8.940.239,15	103,2
9	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	19,00	0,00	19,00	5.000,25	26.317,1
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.819.526,00	0,00	2.819.526,00	939.648,58	33,3
12	PASSIVOS FINANCEIROS	1,00	0,00	1,00	0,00	0,0
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2,00	0,00	2,00	0,00	0,0
	RECEITAS DE CAPITAL	2.819.548,00	0,00	2.819.548,00	944.648,83	33,5
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00	0,00	1,00	7.809,35	780.935,0
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00	1.879.338,83	1.879.338,83	1.879.338,83	100,0
	OUTRAS RECEITAS	1,00	1.879.338,83	1.879.339,83	1.879.338,83	100,00
	TOTAL DA RECEITA	11.485.678,00	1.879.338,83	13.365.016,83	11.764.226,81	88,0

Quadro 3 - Execução Orçamental da Receita

Da leitura do quadro supra constata-se que o total das receitas arrecadadas é de **11.764.226,81€**. Este valor inclui **1.879.338,83€**, de saldo da gerência anterior (execução orçamental) que corresponde a **15,98%** das receitas arrecadadas e **7.809,35 €**, de reposições, o que corresponde a **0,07%**.

O total das receitas correntes foi de **8.940.239,15€**, o que corresponde a **76,00%**, do total das receitas arrecadadas.

As receitas de capital foram de **944.648,83€**, o que corresponde a **8,03%** do total das receitas arrecadadas.

Refira-se ainda que, a percentagem de execução de receitas correntes e de receitas de capital, em relação ao previsto corrigido é de **103,2%**, e **33,5%**, respetivamente.

Realçamos o facto de que, o total das receitas cobradas em relação às previsões corrigidas, atingiu uma percentagem de 88%. Cumprindo com o estipulado no nº 3 do artigo 56º da Lei 73/2013 de 3 setembro (RFALEI), republicada, pela Lei



51/2018 de 16 de agosto. A referida execução revela ainda que, os orçamentos municipais têm vindo a ser planeados de forma mais responsável, fiável e eficaz.

Continuamos a achar conveniente, para uma melhor apreciação das Finanças Municipais, estabelecer a comparação entre a presente Prestação de Contas e a dos anos anteriores.

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Correntes	5.680.967,90 €	5.773.590,71 €	6.655.587,92 €	6.655.937,69 €	6.679.059,99 €	6.695.144,27 €	7.820.878,22 €	9.192.109,88 €	8.745.879,96 €	8.677.500,14 €	8.641.949,84 €	8.940.239,15 €
Capital	4.399.937,24 €	4.154.492,10 €	3.725.978,41 €	3.887.450,53 €	5.461.053,25 €	7.722.947,34 €	4.397.850,72 €	1.342.901,85 €	1.503.969,39 €	1.042.452,29 €	2.676.131,83 €	2.823.987,66 €
Total	10.080.905,14 €	9.928.082,81 €	10.381.566,33 €	10.543.388,22 €	12.140.113,24 €	14.418.091,61 €	12.218.728,94 €	10.535.011,51 €	10.249.849,35 €	9.719.952,43 €	11.318.081,67 €	11.764.226,81 €
Evolução da Receita	2,64%	-0,99%	4,66%	0,02%	15,14%	18,76%	-15,26%	-13,78%	-2,71%	-5,17%	16,44%	3,94%

Quadro 4 - Evolução das Receitas (2007 a 2018)

Refira-se que e no seguimento da metodologia de anos anteriores, consideramos o saldo de gerência como Receita de Capital. Realçamos ainda, que utilizamos esta mesma metodologia também para a Despesa. Deste quadro comparativo podemos verificar que houve uma diminuição da receita total de **3,94%**, em relação ao ano de 2017.

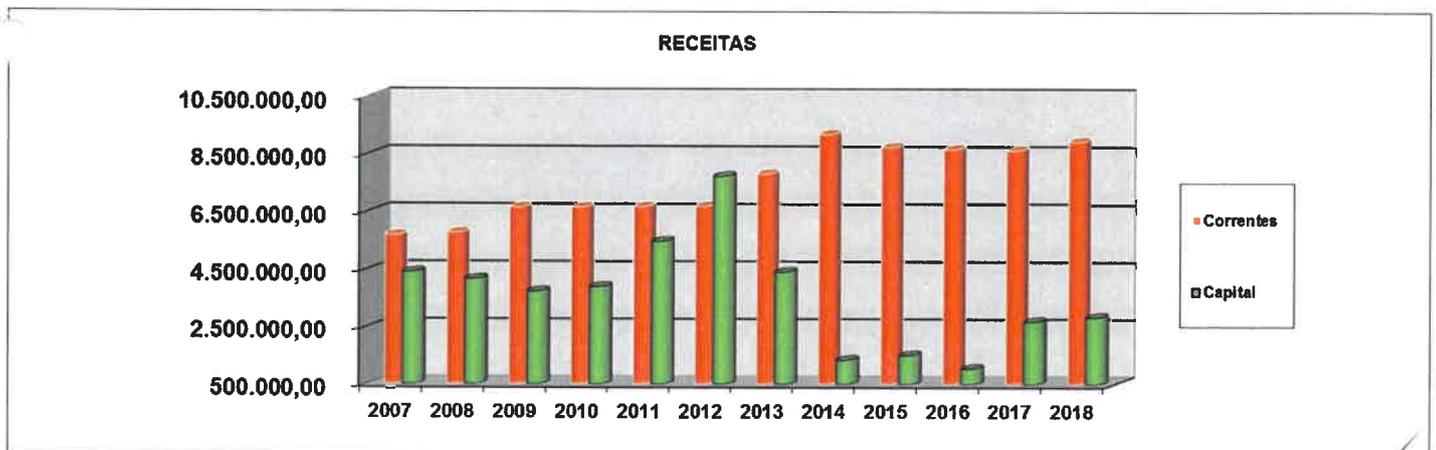


Gráfico 3 - Evolução das Receitas



As receitas totais resultam no essencial do somatório de:

1. Receitas das transferências do Orçamento Geral do Estado, tais como: Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS.

2. Outro tipo de receitas arrecadadas no Concelho, tais como as cobradas por terceiros para o Município, que damos como exemplo: Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I.), Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis (I.M.T.), Imposto Único de Circulação (I.U.C) etc.

3. Transferências de fundos comunitários, na sua maioria transferências de capital.

Dado que a principal fonte de receita do Município são as **Transferências do Orçamento Geral de Estado (OE)**, também será importante fazer a análise comparativa dos últimos anos. Da leitura do quadro seguinte podemos constatar que em relação ao ano de 2017, houve um **aumento de 1,50%**.

Espelha-se então a seguir a evolução dos últimos anos, no que concerne às transferências do OE:

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Correntes	3.481.206,00 €	3.649.471,00 €	3.834.798,00 €	3.876.715,00 €	3.677.626,00 €	3.499.194,00 €	4.587.086,00 €	4.990.470,00 €	5.279.555,00 €	5.344.637,00 €	5.496.083,00 €	5.579.407,00 €
Capital	2.164.464,00 €	2.278.478,00 €	2.389.548,00 €	2.411.434,00 €	2.296.112,00 €	2.175.776,00 €	1.087.888,00 €	528.100,00 €	551.571,00 €	558.052,00 €	576.451,00 €	584.215,00 €
Total	5.645.666,00 €	5.927.949,00 €	6.224.346,00 €	6.288.149,00 €	5.973.738,00 €	5.674.970,00 €	5.674.974,00 €	5.518.570,00 €	5.831.126,00 €	5.902.689,00 €	6.072.534,00 €	6.163.622,00 €
	0,00%	4,99%	5,00%	1,03%	-5,00%	-5,00%	0,00%	-2,76%	5,66%	1,22%	2,88%	1,50%

Quadro 5 - Fundos Municipais (FGM - Fundo Geral Municipal, FBM - Fundo de Base Municipal, FCM - Fundo de Coesão Municipal (designações em vigor até 2007), FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro, FSM - Fundo Social Municipal e IRS - Participação Fixa no IRS (designações em vigor)).

14

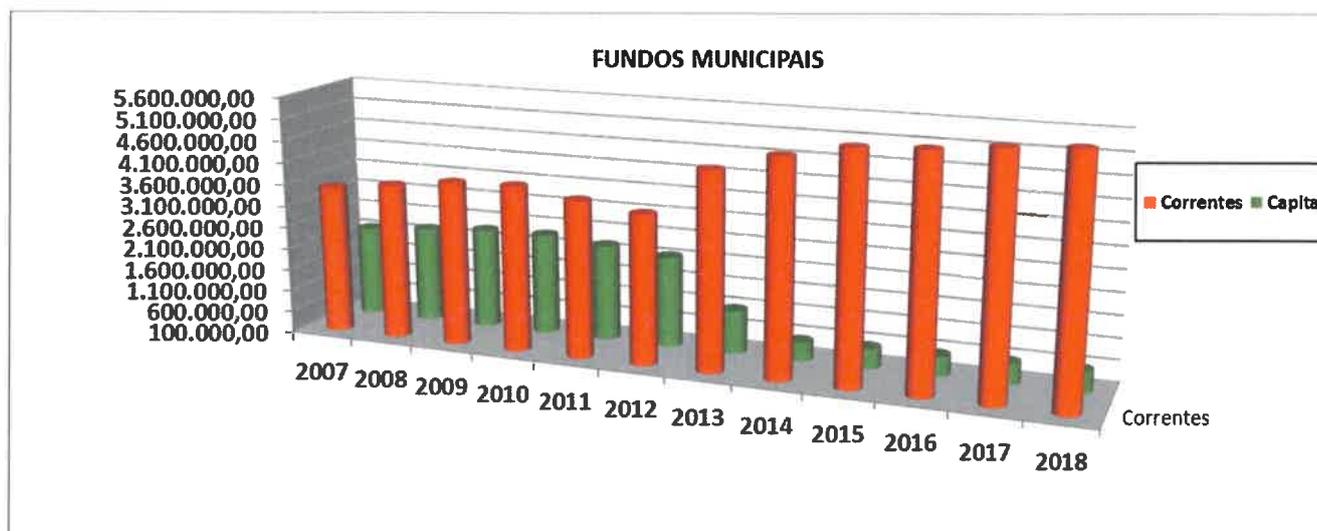


Gráfico 4 - Fundos Municipais (FGM - Fundo Geral Municipal, FBM - Fundo de Base Municipal, FCM - Fundo de Coesão Municipal (designações em vigor até 2007), FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro, FSM - Fundo Social Municipal e IRS - Participação Fixa no IRS (designações em vigor)).

2.3.2 - DESPESAS

Classificação	Designação	Dot. Inic.	Dot. Corrig.	Alterações (+/-)	Desp. Paga	% Exec.
01	Despesas com o pessoal	3.183.604,00	3.162.339,00	-21.265,00	3.056.076,98	96,64
02	Aquisição de Bens e serviços	3.621.652,00	3.875.467,00	253.815,00	3.091.476,50	79,77
03	Juros e Outros encargos	10.600,00	7.800,00	-2.800,00	4.978,88	63,83
04	Transferência Correntes	1.246.221,00	1.262.471,00	16.250,00	1.153.898,95	91,40
06	Outras Despesas Correntes	49.000,00	60.500,00	11.500,00	33.978,61	56,16
Total Despesas Correntes		8.111.077,00	8.368.577,00	257.500,00	7.340.409,92	87,71
07	Aquisição de Bens de Capital	2.741.300,00	4.322.258,83	1.580.958,83	1.606.027,46	37,16
08	Transferência de Capital	386.301,00	427.181,00	40.880,00	82.057,49	19,21
09	Activos Financeiros	52.000,00	52.000,00	0,00	51.216,00	98,49
10	Passivos Financeiros	195.000,00	195.000,00	0,00	182.951,95	93,82
Total Despesas Capital		3.374.601,00	4.996.439,83	1.621.838,83	1.922.252,90	38,47
Total Geral		11.485.678,00	13.365.016,83	1.879.338,83	9.262.662,82	69,31

Quadro 6 - Execução Orçamental das Despesas

Da leitura do quadro, constata-se que o total das despesas pagas foi de **9.262.662,82€**.

No que concerne às despesas correntes, atingiram um valor total de **7.340.409,92€**. Refira-se ainda, que o total destes pagamentos face às dotações corrigidas obteve uma percentagem de **69,31%**. Verifica-se assim, uma execução



superior de **0,15%**, em relação ao ano de 2017 (**69,16%**). Em relação às **despesas de capital** num total de **1.922.252,90€**, a percentagem de execução face às dotações corrigidas é de **38,47%**, tendo-se verificado uma diminuição de **4,99%**, em relação ao ano anterior (**43,46%**).

Salienta-se que durante o ano em análise, foram pagos de serviço da dívida **184.377,58€**, sendo **1.425,63€**, de juros e **182.951,95€** para amortização de empréstimos.

Sobre a execução orçamental, entende-se ser importante realizar também uma análise comparativa dos últimos 12 anos.

Do quadro seguinte pode igualmente constatar-se que em relação à previsão da despesa para o ano de 2018, atingiu-se uma taxa de execução orçamental de **80,84%**.

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Previsão	14.997.104,34 €	17.816.602,74 €	19.704.879,86 €	19.930.364,48 €	23.911.404,28 €	24.707.550,00 €	18.675.250,00 €	12.362.450,00 €	12.613.000,00 €	10.376.405,00 €	12.466.273,00 €	11.485.678,00 €
	-15,71%	18,80%	10,60%	1,27%	19,97%	3,33%	-24,41%	-33,80%	2,03%	-17,73%	20,14%	-7,87%
Execução	9.937.484,54 €	9.911.912,28 €	10.222.676,98 €	10.529.888,94 €	12.040.804,99 €	14.392.178,81 €	12.203.909,02 €	10.366.530,98 €	10.073.646,40 €	8.538.140,24 €	9.438.742,84 €	9.262.622,82 €
	2,31%	-0,26%	3,14%	3,00%	14,35%	19,53%	-15,20%	-15,06%	-2,83%	-15,24%	10,55%	-1,87%
Desvio	5.059.619,80 €	7.904.690,46 €	9.482.002,88 €	9.400.475,54 €	11.870.599,29 €	10.315.371,19 €	6.471.340,98 €	1.995.919,02 €	2.539.353,60 €	1.838.264,76 €	3.027.530,16 €	2.223.055,18 €
	-37,38%	56,23%	19,95%	-0,86%	26,28%	-13,10%	-37,27%	-69,16%	27,23%	-27,61%	64,70%	-26,57%
Taxa de execução em relação a previsão anual	66,26%	55,63%	51,88%	52,83%	50,36%	58,25%	65,35%	83,85%	79,87%	82,28%	75,71%	80,64%

* % em relação ao ano anterior

Quadro 7 - Evolução da Despesa

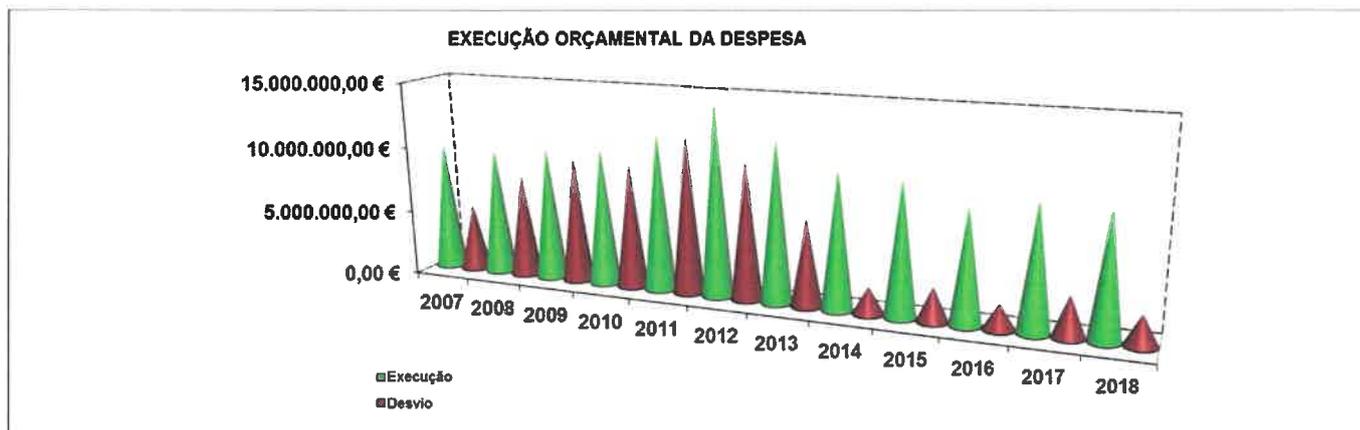


Gráfico 5 - Execução Orçamental da Despesa

Evolução da execução da despesa nos últimos doze anos, ao nível de correntes e de capital.

DESPESA	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
CORRENTE	5.894.583,20 €	6.202.566,88 €	7.181.941,54 €	6.653.577,59 €	6.664.383,60 €	8.107.705,56 €	7.077.387,52 €	8.144.730,60 €	7.626.540,25 €	7.445.571,61 €	7.284.752,24 €	7.340.409,92 €
CAPITAL	4.042.901,34 €	3.709.345,40 €	3.040.935,44 €	3.876.311,35 €	5.376.421,39 €	6.284.473,25 €	5.126.521,50 €	2.221.800,38 €	2.447.106,15 €	1.092.568,63 €	2.153.990,60 €	1.922.252,90 €
TOTAL	9.712.829,61 €	9.937.484,54 €	9.911.912,28 €	10.529.888,94 €	10.529.888,94 €	12.040.804,99 €	12.205.922,02 €	10.366.530,98 €	10.073.646,40 €	8.538.140,24 €	9.438.742,84 €	9.262.662,82 €

Quadro 8 - Despesas Correntes e Capital

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner, including a large signature and the number 17.

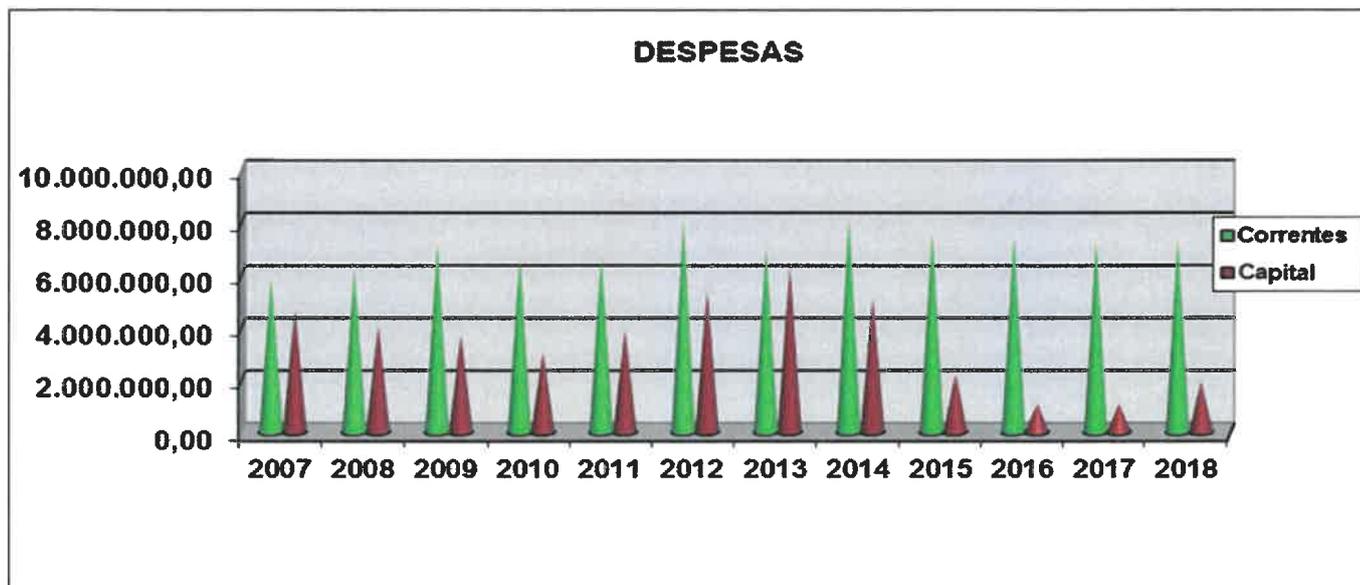


Gráfico 6 - Despesa Corrente e Capital

2.3.2.1 - PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO E EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Apresenta-se de seguida no quadro infra a evolução do **cumprimento do princípio do equilíbrio**, no que se refere à execução orçamental, conforme obriga a alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL (as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes).

Refira-se ainda que este executivo, durante o ano de 2018, direcionou todos os esforços no sentido de cumprir o referido princípio, conforme se pode constatar no quadro seguinte:

Princípio do Equilíbrio													
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Receita Corrente	5.102.366,68	5.572.139,44	5.773.590,71	6.655.587,92	6.655.937,69	6.679.059,09	6.695.144,27	7.820.678,22	9.192.109,86	8.745.879,96	8.677.500,14	8.641.949,84	8.940.239,15
Despesa Corrente	5.059.128,32	5.894.583,20	6.202.566,88	7.181.941,54	6.653.577,59	6.664.383,60	8.107.705,56	7.077.387,52	8.144.730,60	7.626.540,25	7.445.571,61	7.284.752,24	7.340.409,92
Diferença	43.238,36	-322.443,76	-428.976,17	-526.353,62	2.360,10	14.676,39	-1.412.561,29	743.290,70	1.047.379,26	1.119.339,71	1.231.928,53	1.357.197,60	1.599.829,23

Quadro 9 - Princípio do Equilíbrio - Execução Orçamental



No que concerne ao Equilíbrio Orçamental nos termos do nº 2 do artigo 40º, conjugado com o artigo 83º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro (RFALEI), republicada pela Lei nº51/2018 de 16 de agosto, apresentamos um quadro elucidativo do cumprimento do referido equilíbrio que se traduz no seguinte:

MAPA DOS EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS - 31.12.2018				
Entidade Financeira	Finalidade do empréstimo	Capital em Dívida em 01 de jan. de 2014	Nº anos remanescentes	Amortizações médias
BES	Requalificação da Rede Viária	111.406,56 €	7	15.915,22 €
BES	Req. Urb. Parque de Santa Barbara	50.748,25 €	7	7.249,75 €
BES	E.M Seixas- Numão	38.243,98 €	7	5.463,43 €
BES	Centro Cultural/Biblioteca/Museu-2ª fase	373.763,23 €	8	46.720,40 €
CGD	Financiamento de obras Financiadas	184.875,32 €	2	92.437,66 €
CCAM	Centro Escolar de V.N. Foz Côa e Freixo de Numão(JV1CEB) - Arrevestimento do Estádio Municipal.	815.365,12 €	10	81.536,51 €
ESTADO	Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado - IGTCP	162.572,00 €	5	32.514,40 €
TOTAL				281.837,37 €
EQUILIBRIO ORÇAMENTAL - EXECUÇÃO (artigos 40º e 83º da RFALEI)				
Descrição		Dados do Exercício de 2018		
		Valor		
A - Receitas correntes cobradas brutas		8.940.239,15 €		
B - Despesas correntes pagas		7.340.409,92 €		
C - Saldo corrente (A-B)		1.599.829,23 €		
D - Amortização média dos EMLP		281.837,37 €		
E - Diferença Anual (C-D)		1.317.991,86 €		
Controlo do cumprimento da regra do equilíbrio		Cumprimento		

Quadro 10 - Equilíbrio Orçamental

A receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente, acrescida das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo, sendo que se entende por “amortizações médias de empréstimos” o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da Lei que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (1 de Janeiro de 2014), pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato. Portanto, a poupança corrente (receita corrente + amortizações de empréstimos => despesas de capital), tem que “acomodar” um valor equivalente às amortizações médias dos empréstimos existentes.



2.3.2.2 - LIMITE DA DÍVIDA TOTAL

O artigo 52º da Lei 73/2013 de 3 de setembro (RFALEI),), republicada pela Lei nº51/2018 de 16 de agosto, estabelece um limite da dívida total que cada Município terá que cumprir, **sob pena de ver reduzido no exercício subsequente, de pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido.** Apresenta-se de seguida a posição deste Município, a 31-12-2018.

Todos

Municípios	Limite da dívida total artigo 52.º da Lei n.º 73/2013	Dívida Total (01-01-2018)										Dívida Total (31-12-2018)			Variação da dívida de 1 de Jan a 31 de Dez (%)	Variação do excesso de 1 de Jan a 31 de Dez (%)	Utilização da margem disponível de 1 de Jan a 31 de Dez					
		Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais e FAM	SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida Total	Dívidas não orçamentais e capital excecionado	Conta 288126 (FAM)	Excluindo dívidas não orçamentais e capital excecionado e FAM	Margem absoluta	Margem utilizável - 20%	Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais e FAM	SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida total	Dívidas não orçamentais e capital excecionado	Conta 288126 (FAM)				Excluindo dívidas não orçamentais e capital excecionado e FAM	Montante em excesso (17) = (16) - (1), se (16) > (1) ou (17) > (1), se (17) > (1), se	Margem (18) = [(7)+(10)] - (16), se (18) > 0 e (7)+(10) > (16)		
V.N.DEFOZ CÔA	10.032.665	(2)	(3)	(4) = (2) + (3)	(5)	(6)	(7) = (4) - (5) - (6)	(8) = (7) - (1), se (7) > (1)	(9) = (1) - (7), se (7) < (1)	(10) = (9) - 20%	(11)	(12)	(13) = (11) + (12)	(14)	(15)	(16) = (13) - (14) - (15)	(17) > 0 e (7) + (10) < (16) < (7) + (10)	(18) = [(7)+(10)] - (16), se (18) > 0 e (7)+(10) > (16)	(19) = (16) / (7) - 1	(20) = (17) / (8) - 1	(21) = (10) - [(19) - (7)], se (10) > 0 e (16) < (7) + (10)	2.551.642
		1304.341	90.781	1495.222	289.892	102.432	1.133.488		11.899.467	2.379.833	1094.370	169.411	12.13.781	200.876	51276	961.689	(16) < (1)	2.070.976	(7) - 1	(8) - 1		2.551.642

Quadro 11 - Limite da Dívida Total



Importa referir que para este mapa foi contabilizada toda a dívida de terceiros, incluindo a conta 22.8 - faturas em receção e conferência, que entraram nos nossos serviços financeiros em 2019, tendo data de 2018. Cumprido o 1º pressuposto, com uma margem confortável de 2.551.642,00 €, dados estes retirados no portal da Direção-Geral das Autarquias Locais, verificamos que também o Município se enquadra no 2º pressuposto, uma vez que detinha uma margem utilizável de 20%, no valor de 2.379.833,00€, a 1 de janeiro de 2018, conforme leitura do quadro supra.

É de realçar que a capacidade de endividamento do Município desde o início do ano até ao seu final, aumentou em 7,22%.

2.3.2.3 - DESPESAS COM O PESSOAL

Apresenta-se de seguida a variação de toda a despesa realizada com o pessoal que inclui todos os encargos do Município com os seus trabalhadores, nomeadamente comparticipação na saúde, contribuições para a segurança social entre outros, com referência aos anos de 2017 a 2018.

64	CUSTOS COM O PESSOAL	2017	2018	Variação
64.1.1	Remuneração dos eleitos	90.453,00	90.490,92	0,04%
64.2	Remunerações do pessoal	2.179.844,35	2.282.752,08	4,72%
64.5	Encargos sobre remunerações	499.941,48	523.284,87	4,67%
64.6	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00%
64.8	Outros custos com pessoal	159.544,12	146.642,97	-8,09%
64.9	Pessoal aguardar aposentação/Indemnizações	3.754,56	477,68	-87,28%
	Total de custos com pessoal	2.933.537,51	3.043.648,52	3,75%

Quadro 12 - Despesas com Pessoal (2017 e 2018)

Denota-se na análise do quadro supra, um aumento de 3,75%, nos custos totais com o pessoal, em comparação com o ano anterior.

**2.3.3 - RÁCIOS DE ESTRUTURA DA RECEITA E DESPESA**

Rácios de estrutura da receita	
Receitas próprias/ receita total	21%
Receita cobrada localmente/Rec Total	11%
Impostos directos/Receita total	10%
Transferencias da administração/Rec Total	63%

Quadro 13 - Rácios de Estrutura da Receita

Rácios de estrutura da despesa	
Receita total/despesa total	1,27
Receita corrente /Despesa corrente	122%
Desp Pessoal / Despesa total	33%
Desp Pessoal / Fundos MuniCorrentes	55%
Aquis bens e Serv / Despesa Total	33%
Aquis bens e Serv / Fundos Munic Corre	55%
Serviço Divida / Despesa total	2%
Receita de capital/ Despesa de capital	49%
Receitas próprias/Despesa total	27%
Transfer da Ad central/Despesa Total	79%
Rec Local/Despesa total	14%

Quadro 14 - Rácios de Estrutura da Despesa

**2.3.4 - ANÁLISE AOS FLUXOS DE CAIXA****RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA**

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

ANO 2018

PÁG. 1

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		2.139.530,54	Despesas orçamentais		9.262.662,82
Execução orçamental	1.879.338,83		Correntes	7.340.409,80	
Operações de tesouraria ...	259.191,71		Capital	1.922.252,99	
Receitas orçamentais		9.884.897,98	Operações de tesouraria		691.808,77
Correntes	8.946.239,15		Saldo para a gerência seguinte ...		2.696.019,75
Capital	944.648,83		Execução orçamental	2.501.563,99	
Outras			Operações de tesouraria	194.455,76	
Operações de tesouraria		627.072,82	Total		12.650.491,34
Total		12.650.491,34	Total		12.650.491,34

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ____

Quadro 15 - Resumo dos Fluxos de Caixa

No que se refere aos **movimentos de operações de tesouraria**, podemos referir que durante o ano em apreço, o Município transitou com um saldo da gerência anterior de 259.191,71€. Deu entrada em operações tesouraria durante o ano de 2018, a importância de 627.072,82€ e saída de 691.808,77€, ficando com um saldo de 194.455,76€, para a gerência seguinte.



2.3.5 - OPERAÇÕES DE TESOURARIA

ENTIDADE		OPERAÇÕES DE TESOURARIA - por Data				DATA	ANO	PAGINA
M.V.N.FOZ COA		Período: 2018/01/02 a 2018/12/31				2019/03/29	2018	1
COG. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	MOVIMENTO ANTERIOR		MOVIMENTO DO PERÍODO		SALDO SEQUINTE	
			DEVEDOR	CREDOR	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
21		CLIENTES/CONTRIBUINTE/UTENTES		6.073,12	1.940,00	1.100,00		5.233,12
21.7		CLIENTES E UTENTES C/CAUÇÕES		6.073,12	1.940,00	1.100,00		5.233,12
21.7.2		CAUÇÕES DE LICENCIAMENTO SANITARIO		676,53				676,53
21.7.2.02		CAUÇÕES DE LICENCIAMENTO SANITARIO - S/ TERCEIROS		676,53				676,53
21.7.3		CAUÇÕES DE CONCESSÃO		640,00	1.940,00	1.100,00		
21.7.4		CAUÇÕES DE ÁGUA		4.556,59				4.556,59
24		ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		34.693,36	547.857,47	546.512,90		33.348,79
24.2		Retenção de impostos sobre rendimentos		17.413,31	230.272,11	228.972,82		16.113,52
24.2.1		Trabalho dependente		16.480,00	222.506,00	221.600,00		15.550,00
24.2.2		Trabalho independente		612,62	6.324,83	5.924,54		412,33
24.2.4		Prediais		120,69	1.446,28	1.446,28		120,69
24.2.4.1		IRS-PREDIAIS		120,69	1.446,28	1.446,28		120,69
24.4		Restantes impostos		19,48	2.064,05	2.054,79		1,22
24.4.4		TAXA PELA EMISSÃO DE CERTIFICADO DE REGISTO		7,31	295,06	287,75		
24.4.5		IMI-INSTIUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES, I.P			1.701,00	1.701,00		
24.4.6		AMA-AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P		3,17	67,99	66,04		1,22
24.5		Contribuições para a Segurança Social		17.164,80	314.392,69	314.360,67		17.134,76
24.5.1		ADSE			73.832,13	73.832,13		
24.5.1.1		ADSE-DESCONTOS DO PESSOAL			73.832,13	73.832,13		
24.5.2		Caixa Geral de Aposentações		11.328,02	154.116,44	153.601,66		10.813,24
24.5.2.1		CGA-DESCONTOS DO PESSOAL		11.328,02	154.116,44	153.601,66		10.813,24
24.5.3		SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		5.636,78	86.442,12	86.326,83		6.325,54
24.5.3.1		IGESS-DESCONTOS DO PESSOAL		5.636,78	86.442,12	86.326,83		6.325,54
24.9		Outras tributações		104,77	1.125,62	1.124,62		99,77
24.9.1		Multas e coimas		19,00	25,00	20,00		5,00
24.9.9		Outras		94,77	1.104,62	1.104,62		94,77
24.9.9.3		PREPAROS		94,77				94,77
24.9.9.9		DIRECÇÃO GERAL DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS			1.104,62	1.104,62		
26		OUTROS DEVEDORES E CREDITORES		218.425,23	142.911,38	79.459,32		155.873,85
26.1		Fornecedores de imobilizad		218.425,23	182.445,67	39.892,29		155.873,85
26.1.5		FORNECEDORES DE IMOBILIZADO COM CAUÇÃO		218.425,23	182.445,67	39.892,29		155.873,85
26.1.5.3		Fornecedores de imobilizad em dinheiro		218.425,23	182.445,67	39.892,29		155.873,85
38		EDUARDO ANTONIO SOUSA LOPES		5,56				5,56
39		CRUPAS E MOREIRA, S A		3.327,58				3.327,58
40		JOSE DO NASCIMENTO RAMOS		1.863,37				1.863,37
41		BRIGIDA e DENIS, LDA		12.837,95	426,33	3.388,61		15.050,23
42		L.G.B. SOCIEDADE DE PROJECTOS E INFRAESTRUTURAS ELECTRICAS DE TELECOMUNICAÇÕES,		5.000,00				5.000,00
141		GUALDIM ANGLÉS AMADO e FILIOS LDª		13.622,87		1.514,69		15.137,56
143		JORG VEIGA - CONSTRUCCES LDA.		21.686,91	8.255,54	5.194,87		18.826,24
420		FRANCISCO SANTOS CEFAO		744,79				744,79
1302		CONSEQUI - Construções, S.A.		361,31	361,31			
1313		ALFREDO AUGUSTO PEREIRO		2.055,86	2.055,86			
1354		EDUARDO LOPES CONSTRUCCES, LDA.		6.944,25				6.944,25
1584		BORGEO PROGRESSO DE MEDEA, LDA		1.094,06				1.094,06
1597		ANTERO ALVES PAIVA, SOCIEDADE CONSTRUCCES LDA.		3.191,85	1.204,88			1.986,97
1598		A. R. L. ANTONIO RODRIGUES LEAO - CONSTRUCCES, S. A		7.127,19				7.127,19
1623		ANTONIO SARAIWA S FILIROS, LDA.		16.151,84	4.343,98			11.807,86
1964		CONSTRUCCES VIDEIRA e FILIROS, LDA		5.100,01				5.100,01
2014		HANDEL VIEIRA e TEMAS, LDA		1.562,41	388,91			1.173,50
20E3		EQUIPAV ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.		6.704,19	178,29			6.525,90
20E4		BIOSFERA CONSTRUÇÕES UNIPESSOA, LDA.		12.103,59				12.103,59
2128		LEONEL FILIPE RAMOS FONSECA		786,68				786,68
2207		CIVILCASA II - CONSTRUCCES LDA		866,09				866,09
2217		SAMUEL AUGUSTO, LDA		596,75	596,75			
2220		ANTONIO PAULO SANTOS REIS		1.375,16				1.375,16
2251		ESCALA UNICA - CONSTRUÇÕES e IMOBILIARIA UNIPESSOAL LDA.,		3.526,55				3.526,55
2262		EDITEIRAS- EDIFICIO DE OBRAS PÚBLICAS DAS BEIRAS, LDA		70.141,80	84.635,62	18.208,47		3.714,45
2293		MARIA DO CEU CABRINEO		174,63				174,63
A TRANSPORTER ...				259.191,71	652.241,14	587.505,19		184.455,76



ENTIDADE		OPERAÇÕES DE TESOURARIA - por Data				DATA	ANO	PAGINA
M.V.N.FOZ COA		Período 2018/01/02 a 2018/12/31				2019/03/25	2018	2
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	MOVIMENTO ANTERIOR		MOVIMENTO DO PERÍODO		SALDO SEGUINTE	
			DEVEDOR	CREDORE	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDORE
		TRANSPORTE ...		259.191,71	652.241,14	587.505,19		194.455,76
	2296	ELECTROJARM, LDA		739,04		3.543,70		4.288,74
	2530	ANA PINA SANTOS UNIPESSOAL, LDA		10.303,18		4.370,58		14.673,76
	2511	LUSOCCOL - SOCIEDADE LUSA DE CONSTRUÇÕES, LDA		5.424,16				5.424,16
	2554	MAXIMIANO S PIRES, LDA		2.164,85				2.164,85
	2635	EUROTECHES-EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS, LDA		730,75				730,75
	2941	ASCENDETALENTO LDA				3.465,37		3.465,37
26.3		Sindicatos			1.985,15	1.985,15		
26.3.1		STAL			1.235,99	1.235,99		
26.3.6		SINDICATO TRABALHADORES FUNÇÃO PÚBLICA DO CENTRO			633,84	633,84		
26.3.7		STAE ZONA CENTRO			115,32	115,32		
26.8		Devedores e credores diversos			37.582,48	37.582,48		
26.8.5		DEVEDORES E CREDITORES DE OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS			37.582,48	37.582,48		
26.8.5.9		OUTROS			37.582,48	37.582,48		
26.8.5.9.5		CENTRO DE APOIO SOCIAL			25.792,72	25.792,72		
26.8.5.9.6		COFRE DE PREV. FUNCIONARIOS E AGENTES DO ESTADO			121,80	121,80		
26.8.5.9.7		CAS - COMBUSTÍVEL			6.124,58	6.124,58		
26.8.5.9.9		OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA			5.543,38	5.543,38		
26.8.5.9.9.3		DESCONTO SOBRE VENCIMENTO - PENSÃO DE ALIMENTOS			720,00	720,00		
26.8.5.9.9.6		PENHORA DE CRÉDITOS - TERCEIROS			4.823,38	4.823,38		
		TOTAL ...		259.191,71	691.808,77	627.872,82		194.455,76

Quadro 16 - Operações de Tesouraria

Este mapa descreve toda a receita cobrada para terceiros, incluindo cauções de fornecedores de imobilizado e cauções de clientes e utentes.



3 - ANÁLISE PATRIMONIAL

[Handwritten signatures and initials]



3.1. - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS -

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS OCORRIDAS em 2018			
Activo Imobilizado			
Bens de dominio publico	109.818,42		
Imobilizações corporeas	-64.468,73		
Investimento financeiro	-215.167,26		
			-178.054,90
Circulante			
Dividas de terceiros de curto prazo		16.342,59	
Depositos em instituições financeiras e caixa			
Caixa e Depositos à ordem	557.489,21		
	0,00		557.489,21
Variação patrimonial total do activo			493.575,40
FUNDOS PROPRIOS			
Patrimonio Reservas e Resultados transitados	662.119,03		
Variação de Resultados	-289.575,72	372.543,31	
PASSIVO			
Provisões	851.827,41		
Empre B de M/L prazo + FAM	-200.872,43	650.954,98	
Dividas a terceiros de curto prazo		32.893,75	
			683.848,73
Variação total do passivo			
Acrescimos e diferimentos			
Acrescimos e diferimentos			-562.816,64
Variação patrimonial total dos fundos proprios e do Passivo			493.575,40

Quadro 17 - Variações Patrimoniais



3.2 - EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Durante o ano de 2018, não foi contratado nenhum novo empréstimo bancário.

3.3- ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Através de um indicador de gestão financeira apropriado à análise do balanço e da demonstração de resultados, é possível fazer uma síntese em termos percentuais da situação Económico-Financeira do Município de 2008 a 2018.

Rácios de solvabilidade e autonomia	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008
Autonomia financeira	95%	96%	95%	94%	93%	90%	88%	85%	86%	84%	88%
Cobertura do imobilizado	104%	103%	100%	99%	99%	98%	97%	95%	94%	93%	96%
Solvabilidade	1721%	2388%	1919%	1571%	1276%	946%	731%	561%	618%	512%	758%

Quadro 18 - Rácios de Gestão Financeira

Em termos de situação patrimonial o rácio da Autonomia Financeira, indica-nos qual o peso que os fundos próprios têm no financiamento do Ativo. Em 31 de Dezembro de 2018, o Município financiava os Ativos de que dispunha com 95% de recursos próprios.

A sua dependência de capitais externos era reduzida (5%).

O rácio de Cobertura do Imobilizado representa 104% no ano de 2018.

Isto é, **todo o ativo imobilizado era financiado por capitais permanentes, e próprios, denotando um equilíbrio financeiro seguro.**

O rácio de Solvabilidade, indica-nos que o Município apresenta uma boa capacidade em solver os seus compromissos, verificando-se que em 2018, os Fundos Próprios cobrem as obrigações do Município em 1721%.

Nos primeiros anos em análise, a capacidade do Município em fazer face aos seus compromissos, não sofreu grandes variações. No ano de 2008, esta capacidade alterou-se devido ao facto de se ter iniciado o arrolamento e inventariação dos bens



patrimoniais, e respetiva valorização, pelo que com a redução do nível de endividamento bancário, bem como de fornecedores, a solvabilidade do município é expressiva.

Os rácios de liquidez abaixo, mais não fazem do que confirmarem o que relatamos.

Rácios de Liquidez	
Liquidez geral	245,4%
Liquidez reduzida	245,4%
Liquidez imediata	221%

O comportamento ao nível do desempenho económico foi o seguinte:

Rácios economicos	
Varição nos custos	11%
Varição nos proveitos	6,9%
Varição nos resultados operacionais	-143%
Varição nos Proveitos propios	19%

Quadro 19 - Resumo dos Rácios

Apesar da variação nos proveitos ter sido menor que a dos custos, houve ganhos ao nível operacional.

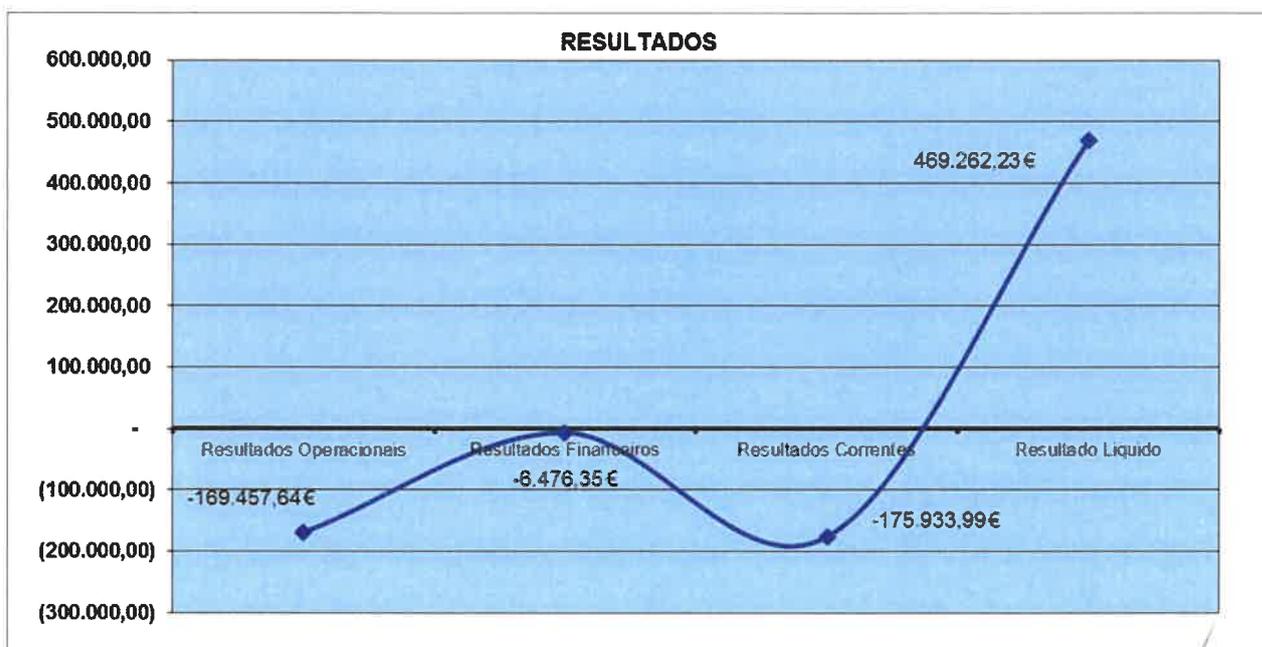


Gráfico 7 - Estrutura de Resultados



Da leitura do gráfico 7 - Estrutura de Resultados, podemos referir que os resultados operacionais têm um valor de -169.457€, tendo-se verificado uma redução por força do reconhecimento do risco com um processo judicial, que assumimos tendo em conta o princípio da prudência e em cumprimento do POCAL. Se não tivesse ocorrido esse reconhecimento do risco, o exercício teria na sua atividade normal, uns resultados operacionais positivos com um aumento de 287.000€.

Em relação aos resultados financeiros, apresenta um saldo negativo de 6.476,35€, superior ao ano de 2017 (-5. 255€). Este facto verifica-se devido aos juros de depósitos à ordem, aos rendimentos de imóveis e outros edifícios, registarem valores pouco significativos e insuficientes, para cobrirem os custos financeiros, que se devem fundamentalmente a juros suportados com os empréstimos contraídos. É de salientar que o esforço em custos financeiros tem vindo a diminuir, devido á baixa das taxas de juro, **mas também ao esforço de redução do endividamento.**

Quanto ao resultado líquido, importa relatar que se verifica uma pequena descida, que se deve sobretudo a um aumento significativo das provisões, pelo que no ano anterior obteve-se um Resultado Líquido positivo de 758.837,95€, e no ano em análise obteve-se um resultado positivo de 469.262,23€.

De verificar ainda que, o esforço deste executivo para a redução de custos, superou a natural redução de proveitos.

3.4 - PROPOSTA PARA A APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO ANO DE 2018

O resultado líquido do Município neste exercício ascende a 469.262,23€.

Nos termos dos pontos 2.7.3.2, 2.7.3.3, 2.7.3.4 e 2.7.3.5 do POCAL, propõe-se a aplicação do resultado líquido que consta da conta 88 do ano 2018 da seguinte forma:

- a) 5%, do resultado líquido do exercício para as Reservas Legais - Conta 571;
- b) 95%, para reforço da conta 51 - Património;



Ficando assim discriminada a aplicação dos Resultados Líquidos do ano 2018:

☞ Conta 571 - Reservas Legais: 23.463,11 €;

☞ Conta 51 - Património: 445.799,12 €;

Descrição	Euros
Reservas Legais	23.463,11 €
Património	445.799,12 €
Total	469.262,23 €

Período subsequente:

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações relevantes, que existissem à data de balanço, e que obrigassem a efetuar ajustamentos nas presentes demonstrações financeiras.

CONCLUSÃO

Estou convicto que:

- O Relatório de Gestão proporciona uma visão clara da situação económica e financeira relativa ao exercício de 2018, espelhando a utilização dos meios afetos à persecução das atividades da Autarquia:

- Após a análise da presente Prestação de Contas, conclui-se que a utilização e o acompanhamento das verbas, decorreu de forma positiva e conforme os trâmites legais;

- Assim apresentada, a Conta de Gerência permite uma análise pormenorizada da atividade Municipal, explicando a situação económica relativa ao exercício em questão.

Os números estão corretos e a mesma deverá merecer a vossa aprovação.

Vila Nova de Foz Côa, 4 de abril de 2019

O Presidente da Câmara,

Eng. Gustavo de Sousa Duarte



4 - BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS



4.1- BALANÇO

BALANÇO

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA

MUNICIPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018

PAG. 1

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N - 1
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	320.189,72		320.189,72	320.189,72
452	Edifícios	42.563,99	2.356,13	40.207,86	40.364,18
453	Outras construções e infra-estruturas	7.690.913,42	3.038.399,99	4.652.513,43	4.536.847,70
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	140.970,28	14.027,36	126.942,90	130.196,64
459	Outros bens de domínio público	74.536,90	4.062,12	70.474,78	72.912,05
445	Imobilizações em curso	170.759,61		170.759,61	170.759,61
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		8.439.933,90	3.058.845,60	5.381.088,30	5.271.269,88
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	74.727,97	72.727,97	2.000,00	2.000,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	105.675,45	31.435,01	74.240,44	82.477,77
433	Propriedade industrial e outros direitos				
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		180.403,42	104.162,98	76.240,44	84.477,77
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	1.451.849,17		1.451.849,17	1.451.849,17
422	Edifícios e outras construções	44.089.642,30	11.499.594,38	32.590.047,92	32.201.112,02
423	Equipamento básico	611.917,88	495.524,77	116.393,11	73.022,08
424	Equipamento de transporte	1.635.510,31	1.368.669,34	266.840,97	233.094,05
425	Ferramentas e utensílios	81.215,44	62.516,30	18.699,14	13.776,98
426	Equipamento administrativo	996.538,25	869.860,18	126.678,07	77.630,70
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	647.053,77	450.573,33	196.480,44	200.297,43
442	Imobilizações em curso	4.155.209,86		4.155.209,86	4.735.884,98
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas				
		53.668.936,98	14.746.738,30	38.922.198,66	38.986.667,35
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	2.464.775,67		2.464.775,67	1.517.970,30
412	Obrigações e títulos de participação	1.053.689,19		1.053.689,19	2.215.941,82
414	Investimentos em imóveis	183.937,38		183.937,38	183.937,38
415	Outras aplicações financeiras	280,00		280,00	
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		3.702.682,24		3.702.682,24	3.917.849,50
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				



BALANÇO

 ENTIDADE M.V.N.FOZ COA MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA 2018/01/01 a 2018/12/31 ANO 2018
 PAG. 2

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N - 1
		AB	A/P	AL	AL
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
282	Empréstimos concedidos de m/l prazo				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes c/c	3.014,08		3.014,08	2.923,65
212	Contribuintes c/c	6,25		6,25	
213	Utentes c/c	57.008,08		57.008,08	52.016,55
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	9.042,65	9.042,65		
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos	69.862,79		69.862,79	64.408,35
264	Administração autárquica				
262+263+267+268	Outros devedores	12.023,53		12.023,53	6.223,55
		150.957,38	9.042,65	141.914,73	125.572,14
	Títulos negociáveis:				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	2.694.797,75		2.694.797,75	2.137.820,07
11	Caixa	1.222,00		1.222,00	710,47
		2.696.019,75		2.696.019,75	2.138.530,54
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	153.467,26		153.467,26	35.016,41
272	Custos diferidos	3.039,28		3.039,28	23.691,63
		156.506,54		156.506,54	58.708,04
	Total de amortizações		17.909.746,88		
	Total de provisões.....		9.042,65		
	Total do activo	68.995.440,19	17.918.789,53	51.076.650,66	50.583.075,28



BALANÇO

 ENTIDADE M.V.N.FOZ COA MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA 2018/01/01 a 2018/12/31 ANO 2018
 PAG. 3

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
51	Fundos próprios:		
	Património	31.188.919,77	30.442.287,35
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais	1.692.047,72	1.654.105,82
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações		
577	Reservas decorrentes de transferências de activos		
59	Resultados transitados	-122.190,43	264,82
88	Resultado líquido em exercício	469.262,23	758.837,95
		33.228.039,29	32.855.495,98
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos	1.066.618,41	214.791,00
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos		
		1.066.618,41	214.791,00
2312	Empréstimos a M/L Prazo	500.225,03	666.953,52
222	Fornecedores de Factoring		
		500.225,03	666.953,52
2617	Fornecedores Imobilizado - contratos futuros		
26887+268	Credores diversos - contratos futuros	17.072,00	71.870,03
		17.072,00	71.870,03
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	166.731,63	182.955,17
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores c/c		
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	128.412,90	72.154,63
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado c/c		
24	Estado e outros entes públicos	33.348,73	34.693,34
264	Administração autárquica	34.144,00	51.216,00
262+263+267+268	Outros credores	95.320,98	
222+2612+262	Garantias e Cauções	161.106,91	224.498,37
		619.065,24	565.517,51
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	601.330,25	514.100,68



BALANÇO

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018
PAG. 4

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
274	Proveitos diferidos	15.044.300,30	15.694.346,54
		15.645.630,58	16.208.447,22
	Total do passivo	17.848.611,37	17.727.579,28
	Total dos fundos próprios e do passivo	51.076.650,66	50.583.075,26

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ____

Quadro 20 - Balanço

**4.2. - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS****DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA -

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018
PÁG. 1

Código de Contas		Exercício	
		N	N - 1
61	Custos e perdas		
	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
	Mercadorias	468.634,56	497.021,73
	Matérias	468.634,56	497.021,73
62	Fornecimentos e serviços externos:	3.117.723,72	2.937.653,84
	Custos com o pessoal:		
641+642	Remunerações	2.373.243,00	2.270.297,34
643 a 648	Encargos sociais	670.405,52	663.240,16
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	643.952,53	684.782,82
66	Amortizações do exercício	1.546.616,91	1.440.459,47
67	Provisões do exercício	851.827,41	221.572,26
65	Outros custos operacionais	24.395,73	1.981,22
	(A)	9.696.799,38	8.717.008,84
68	Custos e perdas financeiros	6.476,35	5.678,63
	(C)	9.703.275,73	8.722.687,47
69	Custos e perdas extraordinários	364.737,25	379.376,38
	(E)	10.068.012,98	9.102.063,85
88	Resultado líquido do exercício.....	469.262,23	758.837,95
	(X)	10.537.275,21	9.860.901,78
	Proveitos e ganhos		
	Vendas e prestações de serviços:		
7111	Venda de mercadorias		
7112+7113	Venda de produtos	259.744,24	309.870,89
	(B)		
712	Prestações de serviços	1.013.904,37	981.968,50
	()	1.273.648,61	1.291.839,39
72	Impostos e taxas	1.243.781,09	930.814,77
(a)	Variação da produção		
75	Trabalhos para a própria entidade		
73	Proveitos suplementares		
74	Transferências e subsídios obtidos	7.009.912,05	6.889.368,18
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		
	(B)	9.527.341,74	9.112.022,34
78	Proveitos e ganhos financeiros		422,85
	(D)	9.527.341,74	9.112.445,19
79	Proveitos extraordinários	1.009.933,47	748.456,53
	(F)	10.537.275,21	9.860.901,78
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)	-169.457,64	395.013,52
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	-6.476,35	-5.255,78
	Resultados Correntes: (D - C)	-175.933,99	389.757,74
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)	469.262,23	758.837,95

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ____

Quadro 21 - Demonstrações de Resultados



5 - MAPAS RESUMO DA CONTABILIDADE ORÇAMENTAL



5.1. - CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

CÓDIGO (1)	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DESCRIÇÃO (2)	PREVISÕES CORRIGIDAS (3)	RECEITAS POR INFORMAR DO ANEXO DO ANEXO (4)	RECEITAS LIQUIDADAS (5)	LIQUIDAÇÕES ANULADAS (6)	RECEITAS COBRADAS BRUTAS (7)	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA (10 - 7-9)	RECEITAS POR EXEC. COBRAR NO FINAL DO ANO DAS REC. (12) &	ANO PÁG. 2018
							EMITIDOS (8)	PAGOS (9)			
	RECEITAS CORRENTES	8.666.129,00	73.448,52	8.955.082,86	24.178,43	8.940.239,15			8.940.239,15	64.123,80	103,2
01	IMPOSTOS DIRECTOS	845.058,00		1.211.471,27		1.211.471,27			1.211.471,27	143,4	143,4
0102	OUTROS	845.058,00		1.211.471,27		1.211.471,27			1.211.471,27	143,4	143,4
010202	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE	559.945,00		594.433,66		594.433,66			594.433,66	106,2	106,2
010203	IMPOSTO UNICO DE CIRCULAÇÃO	130.016,00		140.635,28		140.635,28			140.635,28	108,2	108,2
010204	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS	154.356,00		476.402,33		476.402,33			476.402,33	308,6	308,6
010204	TRANSAÇÕES ONEROSAS DE										
010204	IMOVEIS										
010207	IMPOSTOS ABOLIDOS	749,00									
01020701	CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA	739,00									
01020702	IMPOSTO MUNICIPAL DE SISA	10,00									
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	2.336,00		2.653,81		2.653,81			2.653,81	113,9	113,9
0202	IMPOSTOS INDIRECTOS	2.336,00		2.653,81		2.653,81			2.653,81	113,9	113,9
020206	IMPOSTOS INDIRECTOS	2.336,00		2.653,81		2.653,81			2.653,81	113,9	113,9
020206	ESPECIFICOS DAS AUTARQUIAS										
02020601	LOCAIS										
02020601	MERCADOS E FEIRAS	493,00		505,00		505,00			505,00	102,4	102,4
02020602	COTAMENTOS E OBRAS	1.589,00		1.872,27		1.872,27			1.872,27	117,8	117,8
02020603	CONTRIBUTIVOS	241,00		276,54		276,54			276,54	114,7	114,7
02020605	PUBLICIDADE VIA PUBLICA	1,00									
02020606	SANEAMENTO	1,00									
02020607	UTILIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA	1,00									
02020699	MUNICIPAL	4,00									
0202069999	OUTROS	4,00									
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS	48.521,00	274,00	44.363,43	61,50	44.355,89			44.355,89	220,04	91,4
0401	PENALIDADES	30.047,00		30.381,03	61,50	30.313,28			30.313,28	6,25	100,9
040123	TAXAS ESPECIFICAS DAS	30.047,00		30.381,03	61,50	30.313,28			30.313,28	6,25	100,9
04012301	TAXAS ESPECIFICAS DAS										
04012301	MERCADOS E FEIRAS	16.013,00		14.706,80		14.706,80			14.706,80	91,8	91,8
04012302	LOTAMENTOS E OBRAS	7.647,00		9.907,25	50,25	9.857,00			9.857,00	361,6	361,6
04012303	Ocupação da Via Pública	3.520,00		3.401,60		3.401,60			3.401,60		
04012305	CACIA, USO E FORTE DE ARMA	28,00									
04012399	OUTRAS PENALIDADES	2.839,00		2.965,38	11,25	2.947,88			2.947,88	6,25	62,7
0402	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	18.474,00	274,00	13.982,40	11,25	13.965,38			13.965,38	5,75	52,7
040201	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	9.951,00		1.441,97		1.441,97			1.441,97	14,5	14,5
040201	JUROS DE MORA, JUROS	683,00		603,66		603,66			603,66	88,4	88,4
040204	COMINAS E PENALIDADES	5.125,00	274,00	8.810,79		8.871,00			8.871,00	213,79	173,0
040204	CONTRA ORDENAÇÕES										
040204	MULTAS E PENALIDADES	2.712,00		3.125,98		3.125,98			3.125,98	115,3	115,3
040299	DIVERSAS	10.082,00		10.859,49		10.859,49			10.859,49	107,7	107,7
05	JUROS, MULTAS E PENALIDADES	2,00									
0502	FINANCEIRAS	2,00									
050201	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES	1,00									
050202	FINANCEIRAS	1,00									
050202	COMPANHIAS DE SEGUROS E										
050202	FUNDOS DE PENSÕES										
0507	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	3,00									
0507	NOS LUCROS DE SOCIEDADE										

(a) (12 - 10 / 3 + 100)

[Handwritten signatures and initials]



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA



Relatório de Gestão 2018

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

ENTIDADE	M.V.N. FOZ COA	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA	Período: 2018/01/01 a 2018/12/31		ANO 2018 PÁG. 2					
			REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES	RECEITAS POR EXEC. FINAN. FINAL DO ANO (11=4+5-6-7) (12)=a						
CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	CÓDIGO (1)	DESCRIÇÃO (2)	PREVISÕES CORRIGIDAS (3)	RECEITAS POR INÍCIO DO ANO (4)	RECEITAS LIQUIDADAS (5)	LIQUIDAÇÕES ANULADAS (6)	RECEITAS CORTADAS BRUTAS (7)	PAGOS (8)	RECEITA CORTADA LIQUIDA (10 = 7-9)	RECEITAS POR EXEC. FINAN. FINAL DO ANO (11=4+5-6-7) (12)=a
050702		EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	1,00							
050703		E INTERMUNICIPAIS	1,00							
050704		EMPRESAS PRIVADAS	1,00							
050705		OUTRAS	10.077,00		10.859,49		10.859,49		10.859,49	107.6
051000		TERRENOS	1,00							
051001		TERRENOS	1,00							
051003		HABITACOES	1,00							
051004		EDIFÍCIOS	1,00							
051005		BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	10.073,00		10.859,49		10.859,49		10.859,49	107.8
051009		OUTROS	1,00							
06		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.352.291,00		6.422.282,49		6.422.282,49		6.422.282,49	101.1
060101		SOCIEDADES E	4,00							
060102		QUASE-SOCIEDADES NÃO								
060103		FINANCEIRAS								
060104		PÚBLICAS	3,00							
060105		EMPRESAS PÚBLICAS	1,00							
060106		EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	1,00							
060107		EMPRESAS PÚBLICAS INTERMUNICIPAIS								
060108		OUTRAS	1,00							
060109		EMPRESAS PRIVADAS	1,00							
060110		EMPRESAS PRIVADAS	1,00							
060111		EMPRESAS PRIVADAS	1,00							
060112		EMPRESAS PRIVADAS	1,00							
0603		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	6.337.948,00		6.380.128,10		6.380.128,10		6.380.128,10	100.7
060301		ESTADO	6.332.674,00		6.376.553,10		6.376.553,10		6.376.553,10	100.7
06030101		FEF - FUNDO EQUILIBRIO	5.257.933,00		5.257.933,00		5.257.933,00		5.257.933,00	100.0
06030102		FINANCEIRO	143.801,00		143.801,00		143.801,00		143.801,00	100.0
06030103		FMS - FUNDO SOCIAL MUNICIPAL	177.673,00		177.673,00		177.673,00		177.673,00	100.0
06030104		PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE IRS	753.264,00		797.146,10		797.146,10		797.146,10	105.8
06030105		OUTRAS	5.276,00		3.575,00		3.575,00		3.575,00	67.8
060306		COMUNITARIA - EM PROJECTOS								
060307		COMUNITARIA - EM PROJECTOS								
060308		SERVIÇOS DE BENS AUTÓNOMOS	1,00							
0606		SEGURANÇA SOCIAL	14.338,00		42.154,39		42.154,39		42.154,39	294.0
060601		SEGURANÇA SOCIAL	14.338,00		42.154,39		42.154,39		42.154,39	294.0
060602		SISTEMA DE SOLIDARIEDADE E								
060603		SEGURANÇA SOCIAL								
060604		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	1,00							
07		VENDA DE BENS E SERVIÇOS	1.303.675,00		1.253.934,27	24.116,93	1.239.088,10		1.239.088,10	63.903,76
0701		CORRENTES	322.531,00		278.440,29	2.267,51	284.528,25		284.528,25	23.779,70
070101		VENDA DE BENS	1,00							
070102		MATERIAL DE ESCRITÓRIO	1,00							
070103		LIVROS E DOCUMENTAÇÃO	1,00							
070104		TÉCNICA	96,00		48,00		48,00		48,00	50.0
070105		FARMACUTICOS E ARTIGOS	1,00							
070106		BENS INTUTILIZADOS	1,00							
070107		MERCADORIAS	315.675,00		272.427,05	2.267,51	278.515,01		278.515,01	23.779,70
070108		ÁGUA	315.675,00		272.427,05	2.267,51	278.515,01		278.515,01	23.779,70
070109		OUTROS	1,00							
070110		MATÉRIAS DE CONSUMO	1,00							
070111		PRODUTOS ACABADOS E	6.751,00		5.965,24		5.965,24		5.965,24	88.4
070112		INTERMÉDIOS								
070113		ÁGUA	1,00							
070114		VENDA DE ELECTRICIDADE	6.750,00		5.965,24		5.965,24		5.965,24	88.4
070115		OUTROS	1,00							
070116		SERVIÇOS	460.183,00		536.396,65	21.849,42	515.462,52		515.462,52	40.124,06
070201		SERVIÇOS DE ESPAÇOS E	193.742,00		217.700,05	4.170,68	217.254,20		217.254,20	19.700,60
070202		EQUIPAMENTOS	1,00							
070203		VISTORIAS E ENSAIOS								

(a) (12 = 10 / 3 * 100)



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA



Relatório de Gestão 2018

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

ENTIDADE		MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA		Período: 2018/01/01 a 2018/12/31		ANO 2018					
CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA		Período: 2018/01/01 a 2018/12/31		ANO 2018					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10 = 7-9)	(11=4+5-6-7)	(12) a
(1)	(2)	PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES EMITIDOS	PAGOS	RECEITA COBRADA LIQUIDA	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO DAS	GRAU EXEC. FINAN. REC.
070205	REPARAÇÕES	1,00	30,00	50.650,69	120,00	50.550,69			50.550,69	10,00	98,5
070206	SERVÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORT	51.297,00									
07020801	SERVÇOS SOCIAIS	1,00		4.579,99		4.459,99			4.459,99		197,0
07020802	SERVÇOS RECREATIVOS	2.264,00		8.669,10	120,00	8.669,10			8.669,10		75,2
07020803	SERVÇOS CULTURAIS	11.534,00		37.401,60		37.421,60			37.421,60		99,8
07020804	SERVÇOS DESPORTIVOS	37.498,00	30,00	158.138,21	758,74	157.699,93			157.699,93	10,00	116,6
070209	SERVÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	135.295,00	17.583,92								
07020901	SANEAMENTO	1,00									
07020902	RESÍDUOS SÓLIDOS	111.005,00	15.468,30	135.471,30	758,20	137.281,80			137.281,80	12.899,60	123,7
07020903	RESÍDUOS COLECTIVOS DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIAS	4.408,00	2.114,54	4.029,12		1.780,34			1.780,34	4.363,32	40,4
07020904	TRABALHOS POR CONTA DE PARTICULARES	1.381,00		1.284,56		1.284,56			1.284,56		93,0
07020905	CEMITÉRIOS	14.908,00		13.247,50		13.247,50			13.247,50		88,9
07020906	MERCADOS E FEIRAS	1.188,00		1.200,00		1.200,00			1.200,00		101,0
07020907	PARQUES DE ESTACIONAMENTO	1,00									
07020908	PARQUES DE CAMPISMO	1,00									
07020999	OUTROS	2.402,00	1,08	2.905,73	0,54	2.905,73			2.905,73	0,54	121,0
070299	OUTROS	79.847,00		109.907,70	16.800,00	89.957,70			89.957,70	3.150,00	112,7
0703	RENDAS	520.961,00		439.097,33		439.097,33			439.097,33		84,3
070301	HABITAÇÕES	1,00									
070302	EDIFÍCIOS	1,00									
070303	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	520.959,00		439.097,33		439.097,33			439.097,33		84,3
0801	OUTRAS	184.172,00		9.528,10		9.528,10			9.528,10		9,1
080199	OUTRAS	184.172,00		9.528,10		9.528,10			9.528,10		9,1
08019901	INDENIZACÓES POR DETERIORAÇÃO, ROUBO E EXTRAVIO DE BENS	1,00		2.048,02		2.048,02			2.048,02		20,80
08019902	PATRIMONIAIS	1,00									2,0
08019903	INDENIZACÓES POR ESTRAGOS PROVOCADOS POR OUTREM EM VIATURAS OU EM QUAISQUER OUTROS EQUIPAMENTOS	1,00									2,0
08019999	PERTECENÇAS ÀS AUTARQUIAS DIVERSAS	50.000,00		4.160,08		4.160,08			4.160,08		7,7
09	RECEITAS DE CAPITAL	2.819.548,00		944.648,83		944.648,83			944.648,83		33,5
0901	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	19,00		5.000,25		5.000,25			5.000,25		263,17
090101	TERRENOS	6,00		5.000,25		5.000,25			5.000,25		625,03
090102	SOCIEDADES E QUAS-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	1,00									1,1
090103	FINANCEIRAS	1,00									1,1
090104	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-ADMINISTRAÇÃO CENTRAL-SERVÇOS AUTÓNOMOS FUNDOS	1,00									1,1

(a) (12 = 10 / 3 * 100)

[Handwritten signatures and initials]



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA



Relatório de Gestão 2018

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

ENTIDADE		MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA		Período: 2018/01/01 a 2018/12/31		ANO 2018				
CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA						PÁG.				
CODIGO	DESCRIÇÃO	PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES	RECEITA COBRADA LIQUIDA	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO DAS REC.	GRAU EXEC. FINAN. DAS REC. (12) a
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(10 = 7-9)	(11=4+5-6-7)	(12) a
090106	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	1,00		5.000,25		5.000,25		5.000,25		50002
090108	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	1,00								5,0
090109	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	1,00								
090110	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	1,00								
0903	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	8,00								
090301	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	1,00								
090302	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	1,00								
090303	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	1,00								
090304	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	1,00								
090306	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	1,00								
090308	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	1,00								
090309	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	1,00								
090310	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	1,00								
0904	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	3,00								
090401	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	3,00								
09040101	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	1,00								
09040102	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	1,00								
09040199	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	1,00								
10	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	2.819.536,00		939.648,58		939.648,58		939.648,58		33.3
1001	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	1.500.003,00		67.626,11		67.626,11		67.626,11		4.5
100101	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	1.500.002,00		67.626,11		67.626,11		67.626,11		4.5
10010101	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	1,00								
10010102	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	1.500.000,00		67.626,11		67.626,11		67.626,11		4.5
10010199	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	1,00								
100102	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	1,00								
1003	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	1.319.533,00		872.022,47		872.022,47		872.022,47		66.1
100301	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	589.923,00		597.223,00		597.223,00		597.223,00		101.2
10030101	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	584.215,00		584.215,00		584.215,00		584.215,00		100.0
10030104	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	1,00		3.008,00		3.008,00		3.008,00		30080
10030199	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	5.653,00		10.000,00		10.000,00		10.000,00		0.0
1003019903	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	5.653,00		10.000,00		10.000,00		10.000,00		176.9
100307	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	729.653,00		274.799,47		274.799,47		274.799,47		176.9
100308	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	1,00								37.7
12	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	1,00								
1206	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-CONTINENT	1,00								

(a) (12 = 10 / 3 * 100)

[Handwritten signatures and initials]



MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

ENTIDADE		M.V.N.FOZ COA		MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA		Período: 2018/01/01 a 2018/12/31		ANO 2018	PÁG.	
CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES CORRIGIDAS		RECEITAS POR LIQUIDADAS		RECEITAS COBRADAS		RECEITAS POR COBRAR NO ANO	GRAD	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES	RECEITA COBRADA LIQUIDA	RECEITAS POR COBRAR NO ANO FINAL DO ANO	EXEC. FINAN DAS REC.
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	EMITIDOS	(10 = 7-9)	(11=4+5-6-7)	(12)a
120604	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO CENTRAL- FUNDOS	1,00								
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2,00								
1301	OUTRAS	2,00								
130101	INDEMNIZAÇÕES	1,00								
130199	OUTRAS	1,00								
	OUTRAS RECEITAS	1.879.339,83	7.809,35	1.879.338,83		1.879.338,83		1.879.338,83	7.809,35	100,0
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00	7.809,35						7.809,35	
1501	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00	7.809,35						7.809,35	
150101	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00	7.809,35						7.809,35	
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	1.879.338,83		1.879.338,83		1.879.338,83		1.879.338,83		100,0
1601	SALDO ORÇAMENTAL	1.879.338,83		1.879.338,83		1.879.338,83		1.879.338,83		100,0
160101	NA POSSE DO SERVIÇO	1.879.338,83		1.879.338,83		1.879.338,83		1.879.338,83		100,0
	TOTAL	13.365.016,83	81.257,87	11.779.080,52	24.178,43	11.764.226,81		11.764.226,81	71.933,15	88,0

(a) (12 = 10 / 3 * 100)

Em ____ de _____ de _____

Em ____ de _____ de _____

Quadro 22 - Mapa de controlo Orçamental da Receita



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA



Relatório de Gestão 2018

5.2. - CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA

CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA - POR PERÍODO E POR ORÇÂNICA

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA - MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA PERÍODO JANEIRO A DEZEMBRO - 2018/12/31 ANO 2018 PAG. 1

Table with columns: ORÇÂNICA, ECONOMICA, CLASSIFICAÇÃO, DESCRICÃO, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÕES CORRIGIDAS, ANTERIOR, DO PERÍODO, TOTAL, DESPESA PAGA, DOTAÇÃO NÃO COMPROBEIDA, SALDO, COMPROMISSOS POR PAGAR, GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DESPESA

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA



Relatório de Gestão 2018

CONTROLO ORÇAMENTAL DA EMPRESA - POR PERÍODO E POR ORÇÂNICA

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA - MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA PERÍODO JANZEIRO A DEZEMBRO - 2018/12/31 - AMO 2018 PAG. 2

Table with columns: ORÇÂNICA, CLASSIFICAÇÃO, DESCRIÇÃO, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO CORRIGIDAS, COMPROMISSOS ASSIMILADOS (ANTERIOR, DO PERÍODO, TOTAL), DESPESA PAGA, DOTAÇÃO NÃO COMERCIALIZADA, DIFERENÇAS (SALDO), COMPROMISSOS POR PAGAR, GRANDE EXECUÇÃO ORÇÂNICA DESPESA (.....)

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA



Relatório de Gestão 2018

CONSELHO ORÇAMENTAL DA DESPESA - POR PERÍODO E POR ORÇAMENTAL

ORGÂNICA	ECONÓMICA	CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO		COMPROMISSOS ASSUMIDOS		TOTAL	DESPESA PAGA	DOTAÇÃO NÃO COMERCIAL	DIFERENÇAS		GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (.....)
				INICIAL	CORRIGIDAS	ANTERIOR	DO PERÍODO				JANEIRO	DEZEMBRO	
02020		OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	184.200,00	250.500,00		229.839,63	229.839,63	229.839,63	156.448,82	20.660,37	94.051,18	73.390,81	62,45
02024		ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	30.000,00	30.000,00		29.848,89	29.848,89	29.848,89	29.848,89	151,11	151,11	89.745,37	99,50
02025		OUTROS ENCARGOS	811.800,00	865.515,00		826.850,61	826.850,61	826.850,61	737.105,24	38.664,39	128.409,76	480,27	85,16
030		JUROS E OUTROS ENCARGOS	10.600,00	7.800,00		5.459,15	5.459,15	5.459,15	4.978,88	2.340,85	2.821,12		
0301		JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	4.000,00	3.000,00		1.425,63	1.425,63	1.425,63	1.425,63	1.574,37	1.574,37		
030103		SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES	4.000,00	3.000,00		1.425,63	1.425,63	1.425,63	1.425,63	1.574,37	1.574,37		
03010302		EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO	4.000,00	3.000,00		1.425,63	1.425,63	1.425,63	1.425,63	1.574,37	1.574,37		
0302		OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA	4.000,00	4.200,00		3.971,59	3.971,59	3.971,59	3.492,25	1.744,41	708,66	480,27	47,52
030201		DESPESAS DIVERSAS	4.000,00	4.200,00		3.971,59	3.971,59	3.971,59	3.492,25	1.744,41	708,66	480,27	83,13
0305		OUTROS JUROS	2.500,00	500,00		61,93	61,93	61,93	61,93	438,07	438,07		12,39
030502		OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	100,00	100,00		51,33	51,33	51,33	61,93	100,00	100,00		12,39
0306		OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	100,00	100,00		10,00	10,00	10,00	10,00	100,00	100,00		12,39
030601		AMORTIZAÇÃO CENTRAL	1.246.221,00	1.261.471,00		1.190.377,29	1.190.377,29	1.190.377,29	1.153.898,95	71.093,71	107.572,05	36.478,34	91,47
04		AMORTIZAÇÃO CENTRAL	50.000,00	37.000,00		34.058,64	34.058,64	34.058,64	34.058,64	2.941,36	2.941,36		92,00
0403		ESPAD	50.000,00	37.000,00		34.058,64	34.058,64	34.058,64	34.058,64	2.941,36	2.941,36		92,00
0405		AMORTIZAÇÃO LOCAL	768.521,00	875.021,00		844.800,29	844.800,29	844.800,29	810.721,95	30.220,71	64.299,05	34.078,34	92,65
040501		CONTINUAÇÃO	100,00	100,00		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00		92,65
04050101		MUNICÍPIOS	291.300,00	323.300,00		307.595,78	307.595,78	307.595,78	300.132,70	15.704,22	23.167,30	7.463,08	92,83
04050104		ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS	472.600,00	547.100,00		534.704,51	534.704,51	534.704,51	508.689,25	39.010,75	39.010,75	26.615,26	92,87
04050106		REGIÕES DE TURISMO	4.501,00	4.501,00		4.501,00	4.501,00	4.501,00	2.500,00	200,00	200,00		55,54
04050108		COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO	1.001,00	1.001,00		1.001,00	1.001,00	1.001,00	2.500,00	1.001,00	1.001,00		71,83
0405010801		OUTROS	3.500,00	3.500,00		2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	1.001,00	1.001,00		87,91
0405010802		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	412.700,00	332.950,00		295.110,16	295.110,16	295.110,16	292.710,16	37.839,84	40.233,84	2.400,00	87,91
040701		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	15.000,00	16.500,00		16.408,20	16.408,20	16.408,20	16.408,20	91,80	91,80		99,44
0408		FAMÍLIAS	48.500,00	60.000,00		16.408,20	16.408,20	16.408,20	16.408,20	91,80	91,80		99,44
06		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	48.500,00	60.000,00		43.423,55	43.423,55	43.423,55	33.978,61	16.576,45	26.021,39	9.444,94	56,63
0602		IMPÓSTOS E TAXAS	48.500,00	60.000,00		43.423,55	43.423,55	43.423,55	33.978,61	16.576,45	26.021,39	9.444,94	56,63
060201		IMPÓSTOS E TAXAS PAGOS PELA AUTARQUIA	10.000,00	29.000,00		24.907,40	24.907,40	24.907,40	19.837,21	4.082,60	9.162,79	5.070,19	68,40
06020101		OUTROS	5.000,00	26.500,00		24.207,40	24.207,40	24.207,40	19.232,77	2.282,60	7.267,23	4.974,63	72,58
0602010199		OUTRAS	5.000,00	26.500,00		24.207,40	24.207,40	24.207,40	19.232,77	2.282,60	7.267,23	4.974,63	72,58
060202		RESTITUIÇÕES DE IMPOSTOS OU TAXAS COBRADOS	2.500,00	2.500,00		2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.292,60	2.292,60		8,30
060203		OUTRAS RESTITUIÇÕES	3.500,00	3.500,00		18.516,15	18.516,15	18.516,15	14.448,40	12.483,85	16.858,60	95,56	24,18
06020301		IVA PAGO	3.500,00	3.500,00		350,00	350,00	350,00	0,02	4.650,00	4.999,98	349,98	0,00
06020302		OUTRAS	30.000,00	25.500,00		18.166,15	18.166,15	18.166,15	14.141,38	7.500,00	9.000,00		4.024,77
07		DESPESAS DE CAPITAL	3.179.601,00	4.801.439,83		1.922.032,04	1.922.032,04	1.922.032,04	1.739.300,95	2.979.253,95	3.065.939,37	185.685,42	36,22
0701		INVESTIMENTOS	2.741.300,00	4.322.258,83		1.703.680,11	1.703.680,11	1.703.680,11	1.606.027,46	2.618.578,72	2.716.231,37	97.652,65	31,16
070101		TERRENOS	2.800,00	2.800,00		2.800,00	2.800,00	2.800,00	2.800,00	2.800,00	2.800,00		100,00
070102		REPARAÇÃO E BENEFICÂNCIA	60.000,00	122.000,00		17.776,20	17.776,20	17.776,20	16.504,20	104.223,80	105.495,80	1.272,00	13,53
070103		EDIFÍCIOS	702.700,00	1.080.800,00		792.704,97	792.704,97	792.704,97	774.471,30	288.085,03	306.328,70	18.233,67	71,66
07010301		INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	42.300,00	102.300,00		519,51	519,51	519,51	519,51	101.780,49	101.780,49		0,51
07010302		ESCOLAS	77.100,00	55.200,00		38.421,39	38.421,39	38.421,39	38.421,39	16.778,61	16.778,61		69,60
07010307		CONSTRUÇÕES DIVERSAS	583.300,00	923.300,00		753.764,07	753.764,07	753.764,07	735.530,40	169.535,93	187.769,60	18.233,67	79,66
07010401		VITRINHOS, ASRUMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES	1.699.600,00	2.665.279,24		636.985,12	636.985,12	636.985,12	559.197,94	1.028.594,12	2.106.981,80	77.787,78	20,98
07010402		SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	110.000,00	97.600,00		394.220,44	394.220,44	394.220,44	345.965,34	487.339,56	535.634,66	48.255,10	39,24
07010403		ESTACIONES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	40.000,00	91.600,00		75.124,02	75.124,02	75.124,02	75.124,02	24.475,98	24.475,98		74,91
07010404		ILUMINAÇÃO PÚBLICA - INFRA-ESTRUTURAS	25.200,00	81.400,00		21.111,63	21.111,63	21.111,63	21.111,63	31.460,00	31.460,00		5,38
07010405		PARKES E JARDINS	58.000,00	60.000,00		45.307,98	45.307,98	45.307,98	45.307,98	80.000,00	80.000,00		64,36
07010406		INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	90.300,00	70.400,00		45.462,12	45.462,12	45.462,12	45.462,12	25.537,88	25.537,88		64,03
07010407		CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	150.000,00	71.000,00		45.462,12	45.462,12	45.462,12	45.462,12	25.537,88	25.537,88		64,03

46

[Handwritten signatures and initials]



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA



Relatório de Gestão 2018

CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA - POR PERÍODO E POR ORÇÂNICA

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA - MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA PERÍODO JANEIRO A DEZEMBRO - 2018/12/31 ANO 2018 PAG. 4

ORGÂNICA	ECONÓMICA	CLASSIFICAÇÃO	DESCRÇÃO	DOTAÇÃO		COMPRÓMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA	DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA	DIFERENÇAS		GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DESPESA (.....)
				INICIAL	CORREIGIDAS	ANTERIOR	DO PERÍODO	TOTAL			SALDO	COMPRÓMISSOS POR PAGAR	
	07010409		SINALIZAÇÃO E TRÁNSITO	16.000,00	21.000,00		5.330,57	5.330,57	5.330,57	15.669,43	15.669,43	25,38	
	07010412		CENITÉRIOS	5.000,00	5.000,00					5.000,00	5.000,00	2,37	
	07010413		OUTROS	574.900,00	965.379,24		52.428,36	52.428,36	22.895,68	942.950,88	942.483,56	66,14	
	070106		AMARELHAL DE TRANSBORTES	75.000,00	134.200,00		88.753,75	88.753,75	88.753,75	45.446,25	45.446,25	66,14	
	07010602		OUTROS	75.000,00	134.200,00		88.753,75	88.753,75	88.753,75	45.446,25	45.446,25	36,86	
	070107		EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	39.000,00	95.000,00		35.019,65	35.019,65	35.019,65	59.980,35	59.980,35	82,98	
	070108		SOFTWARE INFORMÁTICO	79.100,00	79.100,00		65.634,98	65.634,98	65.634,98	13.465,02	13.465,02	84,68	
	070109		EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	14.000,00	39.320,76		32.780,31	32.780,31	32.780,31	5.740,45	5.740,45	37,72	
	070110		EQUIPAMENTO BÁSICO:	59.000,00	78.158,83		29.680,60	29.680,60	29.680,60	48.478,23	48.478,23	199,30	
	07011002		OUTROS	5.000,00	10.000,00		4.344,53	4.344,53	4.344,53	5.655,47	5.655,47	37,72	
	070111		FERRAMENTOS E UTENSÍLIOS	100,00	100,00					100,00	100,00	43,45	
	070112		ARTIGOS E OBJETOS DE VALOR	6.000,00	16.000,00					16.000,00	16.000,00	19,21	
	070115		OUTROS INVESTIMENTOS	386.381,00	427.881,00		167.115,93	167.115,93	82.057,49	260.065,07	345.123,51	85.058,44	
	08		TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1,00	1,00					1,00	1,00		
	0801		PÚBLICAS	1,00	1,00					1,00	1,00		
	080101		SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	1,00	1,00					1,00	1,00		
	08010101		EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	1,00	1,00					1,00	1,00		
	0801010101		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1,00	1,00					1,00	1,00		
	080301		ESTADO	1.000,00	1.000,00					1.000,00	1.000,00		
	0805		ADMINISTRAÇÃO LOCAL	314.900,00	324.200,00		99.601,90	99.601,90	24.847,21	224.588,10	299.352,79	74.754,69	
	080501		CONTINENTE	314.900,00	324.200,00		99.601,90	99.601,90	24.847,21	224.588,10	299.352,79	74.754,69	
	08050102		FRIGUEIRAS	302.900,00	312.200,00		92.937,65	92.937,65	21.241,13	219.262,35	290.958,87	71.696,52	
	08050104		ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	12.000,00	12.000,00		6.664,25	6.664,25	3.606,08	5.335,75	6.393,92	3.058,17	
	0807		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	70.400,00	101.980,00		67.514,03	67.514,03	57.210,28	34.465,97	44.769,72	10.303,75	
	080701		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	70.400,00	101.980,00		67.514,03	67.514,03	57.210,28	34.465,97	44.769,72	10.303,75	
	080702		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS- SUBSISTEMA DE PROT	100,00	100,00					100,00	100,00	56,15	
	09		ACTIVOS FINANCEIROS	52.000,00	52.000,00		51.216,00	51.216,00	51.216,00	784,00	784,00	98,49	
	0908		UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	52.000,00	52.000,00		51.216,00	51.216,00	51.216,00	784,00	784,00	98,49	
	090802		SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PÚB	195.000,00	195.000,00		182.951,95	182.951,95	182.951,95	12.048,05	12.048,05	93,82	
			OPERAÇÕES FINANCEIRAS	195.000,00	195.000,00		182.951,95	182.951,95	182.951,95	12.048,05	12.048,05	93,82	
			D E S P E S A S C A P I T A L	195.000,00	195.000,00		182.951,95	182.951,95	182.951,95	12.048,05	12.048,05	93,82	
	10		PASSIVOS FINANCEIROS	195.000,00	195.000,00		182.951,95	182.951,95	182.951,95	12.048,05	12.048,05	93,82	
	1006		EMPRESTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO	195.000,00	195.000,00		182.951,95	182.951,95	182.951,95	12.048,05	12.048,05	93,82	
	100603		SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES	160.000,00	160.000,00		150.437,55	150.437,55	150.437,55	9.562,45	9.562,45	94,02	
	100605		ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- ESTADO	35.000,00	35.000,00		32.514,40	32.514,40	32.514,40	2.485,60	2.485,60	92,90	
			TOTAL	11.485.678,00	13.365.016,83		10.129.327,50	10.129.327,50	9.252.662,82	3.235.689,33	4.102.354,01	866.664,68	

Quadro 23 - Mapa de controlo Orçamental da Despesa

Praça do Município - 5150 - 642 Vila Nova de Foz Coa
Tel. 270 760 400 - Fax 279 760 438 Email: correio@cm-fozcoa.pt - www.cm-fozcoa.pt

(Handwritten signatures and marks)

**5.3. - RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA****RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA**

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

ANO 2018

PÁG. 1

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		2.138.530,54	Despesas orçamentais		9.262.662,82
Execução orçamental	1.879.338,83		Correntes	7.340.409,92	
Operações de tesouraria ...	259.191,71		Capital	1.922.252,90	
Receitas orçamentais		9.884.887,98	Operações de tesouraria		691.808,77
Correntes	8.940.239,15		Saldo para a gerência seguinte ...		2.696.019,75
Capital	944.648,83		Execução orçamental	2.501.563,99	
Outras			Operações de tesouraria	194.455,76	
Operações de tesouraria		627.072,82	Total		12.650.491,34
Total		12.650.491,34			

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ____

Quadro 24 - Mapa Resumo dos Fluxos de Caixa



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



8.1 - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

CÓDIGO 8.1 DO POCAL

GERÊNCIA

De 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2018

8.1.1

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

Número de Identificação Fiscal: 506 829 197

Endereço Postal: PRAÇA DE MUNCÍPIO, 5150-642 VILA NOVA DE FOZ CÔA

Telefone: 279 760 400

Regime Financeiro: o estabelecido na Lei nº 73/2013 de 03 de setembro

8.1.2

Legislação, constituição e orgânica: Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro

Funcionamento: Decreto-Lei nº 305/2009 de 23 de Outubro

8.1.3

ORGANIZAÇÃO INTERNA

	Data da Aprovação	Data da Publicação	Diário da República
Estrutura orgânica	30.11.2018	18.12.2018	Nº243
Mapa de pessoal	30.11.2018	18.12.2018	Nº243
Reestruturação de serviços	30.11.2018	18.12.2018	Nº243

8.1.4

Descrição sumária das Atividades: Administração Local

8.1.5

COMPOSIÇÃO DO ORGÃO EXECUTIVO

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro

Gustavo de Sousa Duarte

João Paulo Lucas Donas Botto Sousa

Fernando Augusto Mimoso Fachada

Jorge Manuel Pais Marçal Liça

Ondina da Conceição de Sousa Parchão

8.1.6 Organização Contabilística

A organização e processamento da Contabilidade assentam num conjunto de aplicações informáticas integradas entre si: Pocal, Aplicação de Gestão de Águas, Gestão de Pessoal e Património.

As aplicações informáticas são suportadas pelo seguinte hardware:

Uma rede ETHERNET de PC'S com sistema operativo Windows a trabalhar sobre uma plataforma

LINUX instalada em dois servidores em bastidor próprio, protegido contra falhas de corrente elétrica por uma unidade de Socorro (UPS) de 10 Kva.

Regularmente o sistema processa cópias de segurança de toda a informação registada.

Não existe neste Município descentralização contabilística.

PONTO III DA RESOLUÇÃO Nº 4/2001 - 2ª SECÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS - D.R. II Série, nº 191 de 18 de Agosto de 2001

a) INDICADORES DE GESTÃO



Fundo Equilíbrio Financeiro.....	5.842.148,00 €
Participação Fixa no IRS.....	177.673,00 €
Fundo Social Municipal.....	143.801,00 €

b) INVESTIMENTOS REALIZADOS POR ESTE MUNICÍPIO

Despesas de Investimento no ano anterior ao da Gerência em apreciação	1.624.315,06 €
---	----------------

c) ACÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

Identificação da última inspeção averiguação ou inquérito, realizado ao Município:
Data do início da ação em 2010/10/11, pela entidade IGAL - processo nº 91400.

d) ENCARGOS FINANCEIROS

Quota parte das amortizações e encargos financeiros resultantes de empréstimos contraídos pelas Associações de municípios em que a entidade participe e ou empresas públicas municipais.	226.927,06 €
--	--------------

8.2 - NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2.1 - Indicação e justificação das disposições do POCAL, que em casos excepcionais devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos no balanço e demonstração de resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Autarquia Local. Sobre o conteúdo desta alínea nada há a assinalar;

8.2.2 - Neste exercício e tendo em vista melhorar a apresentação das contas foram feitos ajustamentos no quadro de contas do exercício de 2018, quer no mapa do balanço ajustando de forma mais adequada a exigibilidade das dívidas, quer no mapa da demonstração de resultados com a alteração do conteúdo de contas entre rubricas, pois na ligação entre o processo orçamental e o processo patrimonial tem algumas configurações que necessitam de ajustamento.

8.2.3 - Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

8.2.3.1.0 - Referencial contabilístico



As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Autarquia e de acordo com as normas vertidas no POCAL- Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais, regulado pelos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, aprovou o atual sistema contabilístico das Autarquias Locais (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais - POCAL), que entrou em vigor em 1 de janeiro do ano 2002, de 11 de setembro.

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

8.2.3.1 - Imobilizações

8.2.3.1.1 Imobilizações corpóreas próprias

Mensuração

O ativo imobilizado corpóreo, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, é valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

a) Considera-se como custo de aquisição de um ativo a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

b) Considera-se como custo de produção de um bem a soma dos custos das matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para o produzir.

Quando os respetivos elementos tiverem uma vida útil limitada, ficam sujeitos a uma amortização sistemática durante esse período.

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do ativo imobilizado em



funcionamento, as taxas de amortização definidas na portaria nº 671/2000 CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado

8.2.3.1.2 Imobilizações incorpóreas

Mensuração

O ativo imobilizado incorpóreo, é valorizado ao custo de aquisição.

Quando os respetivos elementos tiverem uma vida útil limitada ficam sujeitos a uma amortização sistemática durante esse período.

As despesas de instalação, bem como as de investigação e de desenvolvimento, são amortizadas no prazo máximo de cinco anos.

8.2.3.1.3 Imobilizações Financeiras

Mensuração

Os investimentos financeiros, são valorizados ao custo de aquisição.

Considera-se como custo de aquisição de um ativo a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

Imparidades

Nos casos em que os investimentos financeiros, relativamente a cada um dos seus elementos específicos, tiverem, à data do balanço, um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objeto da correspondente redução, através de conta apropriada. Esta não deve subsistir logo que deixe de se verificar a situação indicada.

8.2.3.1.4 Bens de domínio Público

Os bens de domínio público são incluídos no ativo imobilizado da autarquia, se esta for responsável pela sua administração ou controlo, estejam ou não afetos à sua atividade operacional.



A valorização destes bens será efetuada, sempre que possível, ao custo de aquisição ou ao custo de produção, conforme descrito no ponto 8.2.3.1.1.

Quando os respetivos elementos tiverem uma vida útil limitada ficam sujeitos a uma amortização sistemática durante esse período.

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do ativo imobilizado em funcionamento, as taxas de amortização definidas na portaria nº 671/2000 CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

8.2.3.1.5 - Critérios genéricos

8.2.3.1.5.1. Aquisições a título gratuito

Quando se trate de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito deverá considerar-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, o valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens. O critério de valorimetria aplicado deverá ser explicitado e justificado no anexo adequado (nota 8.2.3).

Caso este critério não seja exequível, o imobilizado assume o valor zero, até ser objeto de uma grande reparação, assumindo então o montante desta.

Na impossibilidade de valorização dos bens ou quando estes assumam o valor zero, devem ser identificados em anexo e justificada aquela impossibilidade (nota 8.2.14).

8.2.3.1.5.2 Transferências de ativos

No caso de transferências de ativos entre entidades abrangidas pelo presente Plano ou por este e pelo POCP, o valor a atribuir será o valor constante nos registos contabilísticos da entidade de origem, desde que em conformidade com os critérios de valorimetria estabelecidos no presente Plano, salvo se existir valor diferente do fixado no diploma que



autorizou a transferência ou, em alternativa, valor acordado entre as partes e sancionado pelos órgãos e entidades competentes.

Na impossibilidade de aplicação de qualquer das alternativas referidas, será aplicado o critério definido no n.º 8.2.3.1.5.1.

8.2.3.1.5.3 - Imparidades

Quando à data do balanço os elementos do ativo imobilizado corpóreo e incorpóreo, seja ou não limitada a sua vida útil, tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, devem ser objeto de amortização correspondente à diferença, se for de prever que a redução desse valor seja permanente. Aquela amortização extraordinária não deve ser mantida se deixarem de existir os motivos que a originaram.

8.2.3.1.5.4 - Avaliação inicial

No caso de inventariação inicial de ativos cujo valor de aquisição ou de produção se desconheça, na impossibilidade de valorização dos bens ou quando estes assumam o valor zero, devem ser identificados em anexo e justificada aquela impossibilidade (nota 8.2.14).

8.2.3.1.5.5 - Reavaliações

Como regra geral, os bens de imobilizado não são suscetíveis de reavaliação, salvo se existirem normas que a autorizem e que definam os respetivos critérios de valorização

8.2.3.1.5.6 - Capitalização de juros

Sem prejuízo do princípio geral de atribuição dos juros suportados aos resultados do exercício, quando os financiamentos se destinarem a imobilizações, os respetivos custos poderão ser imputados à compra e produção das mesmas, durante o período em que elas estiverem em curso, desde que isso se considere mais adequado e se mostre consistente.

Se a construção for por partes isoláveis, logo que cada parte estiver completa e em condições de ser utilizada cessará a imputação dos juros a ela inerentes.

8.2.3.2 - Existências



8.2.3.2.1- Mensuração

As existências são valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção

1 Considera-se como custo de aquisição de um bem a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

2 Considera-se como custo de produção de um bem a soma dos custos das matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para o produzir.

3 Se o custo de aquisição ou o custo de produção for superior ao preço de mercado, será este o utilizado.

4 Quando na data do balanço haja obsolescência, deterioração física parcial, quebra de preços, bem como outros fatores análogos, deverá ser utilizado o critério referido no n.º 3.

5 Os subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos são valorizados, na falta de critério mais adequado, pelo valor realizável líquido.

Entende-se como preço de mercado o custo de reposição ou o valor realizável líquido, conforme se trate de bens adquiridos para a produção ou de bens para venda.

Entende-se como custo de reposição de um bem o que a entidade teria de suportar para o substituir nas mesmas condições, qualidade, quantidade e locais de aquisição e utilização.

Considera-se como valor realizável líquido de um bem o seu esperado preço de venda deduzido dos necessários custos previsíveis de acabamento e venda.

8.2.3.2.2 - Provisões

Relativamente às situações previstas nos n.ºs 3 e 4 do ponto 8.3.2.2.1, as diferenças serão expressas pela provisão para depreciação de existências, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

8.2.3.2.3 - Métodos de custeio



Os métodos de custeio das saídas de armazém a adotar são o custo específico ou o custo médio ponderado.

8.2.3.3 - Dívidas de e a terceiros

8.2.3.3.1 - Mensuração

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

8.2.3.3.2 - Provisões

Os riscos de incobrabilidade relativos a dívidas de terceiros, são provisionados.

As provisões que respeitem a riscos e encargos resultantes de dívidas de terceiros não devem ultrapassar as necessidades.

8.2.3.4 - Disponibilidades

8.2.3.4.1 - Mensuração

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

As disponibilidades em moeda estrangeira são expressas no balanço ao câmbio em vigor na data a que ele se reporta.

As diferenças de câmbio apuradas na data de elaboração do balanço final do exercício são contabilizadas nas contas 685 «Custos e perdas financeiros - Diferenças de câmbio desfavoráveis» ou 785 «Proveitos e ganhos financeiros - Diferenças de câmbio favoráveis».

Os títulos negociáveis e as outras aplicações de tesouraria são expressos no balanço pelo seu custo de aquisição (preço de compra acrescido dos gastos de compras).

Se o custo de aquisição for superior ao preço de mercado será este o utilizado.



8.2.3.4.2 - Provisões

Na situação prevista no ponto anterior de o preço de mercado, ser inferior ao custo de aquisição deve constituir-se ou reforçar a provisão pela diferença entre os respetivos preços de aquisição e de mercado. A provisão será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que levaram à sua constituição.

8.2.3.5 - Provisões (2.7.1 POCAL)

A constituição de provisões deve respeitar apenas às situações a que estejam associados riscos e em que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, não devendo a sua importância ser superior às necessidades.

Não se deve proceder à anulação e sequente constituição de uma provisão.

São consideradas situações a que estejam associados riscos as que se referem, nomeadamente, às aplicações de tesouraria, cobranças duvidosas, depreciação de existências, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Provisões para cobranças duvidosas

Para efeitos de constituição da provisão para cobranças duvidosas, consideram-se as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

O montante anual acumulado de provisão para cobertura das dívidas referidas no parágrafo anterior é determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

As dívidas que tenham sido reclamadas judicialmente ou em que o devedor tenha pendente processo de execução ou esteja em curso processo especial de recuperação da empresa ou de falência são tratadas como «Custos e perdas extraordinários», quando



resulte do respetivo processo judicial a dificuldade ou impossibilidade da sua cobrança e sejam dadas como perdidas.

Provisões para outros riscos e encargos

Provisão: é um passivo de tempestividade ou quantia incerta.

As provisões para outros riscos e encargos são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela Autarquia como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigação presente que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidos porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Autarquia não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

8.2.3.6 - Amortizações (ponto 2.7.2 POCAL)

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.



Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do ativo imobilizado em funcionamento as taxas de amortização definidas na lei.

O valor unitário e as condições em que os elementos do ativo imobilizado sujeitos a depreciação ou o deperecimento possam ser amortizados num só exercício são os definidos na lei.

A fixação de quotas diferentes das estabelecidas na lei, para os elementos do ativo imobilizado corpóreo adquirido em 2.^a mão, é determinada pelo órgão deliberativo da autarquia local sob proposta do órgão executivo, acompanhada de justificação adequada.

8.2.4 - Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no Balanço e Demonstração de Resultados originariamente expressas em moeda estrangeira.

Todas as operações registadas e incluídas nas contas do Balanço e Demonstração de Resultados estão registadas em euros.

8.2.5 - Situações em que o resultado do exercício foi afetado. Nada a referenciar.

8.2.6 - Comentários às contas 43.1 “Despesas de Instalação” e 43.2 “Despesas de Investigação e Desenvolvimento”. Nada a referenciar.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:



Imobilizado Corpóreo
Resumo do movimento Anual

Conta do Razão		Índice de Referência	Saldo Razão em 31-12-2017	Movimentos			Saldo Razão em 31-12-2018
Nº	Descrição			Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	
	DOMINIO PRIVADO						
421	Terrenos e Recursos Naturais		1.451.849,17 €	0,00 €		0,00 €	1.451.849,17 €
422	Edifícios e O.Construções		42.589.194,51 €	2.491.992,39 €		991.544,60 €	44.089.642,30 €
423	Equipamento Básico		521.866,62 €	90.051,26 €		0,00 €	611.917,88 €
424	Equipamento de Transporte		1.548.259,33 €	87.250,98 €		0,00 €	1.635.510,31 €
425	Ferramentas e Utensílios		69.583,51 €	11.631,93 €		0,00 €	81.215,44 €
426	Equipamento Administrativo		899.962,12 €	97.942,33 €		1.366,22 €	996.538,23 €
427	Taras e Vasilhames						
429	Outras Imob. Corporeas		609.382,82 €	38.544,25 €		873,30 €	647.053,77 €
	Total		47.690.098,08 €	2.817.413,14 €		993.784,12 €	49.513.727,10 €
	DOMINIO PUBLICO						
451	Terrenos		320.189,72 €				320.189,72 €
452	Edifícios		42.563,99 €				42.563,99 €
453	Outras Const e Infraestruturas		7.227.682,80 €	473.279,42 €		10.048,80 €	7.690.913,42 €
455	Bens de Patri. Histórico, Artístico e Cultural		140.970,26 €				140.970,26 €
459	Outros Bens Dom Pub		74.536,90 €				74.536,90 €
	Total		7.805.943,67 €	473.279,42 €	0,00 €	10.048,80 €	8.269.174,29 €
	Total Geral		55.496.041,75 €	3.290.692,56 €		1.003.832,92 €	57.782.901,39 €

Quadro 25 - Imobilizado Corpóreo



Imobilizado Em Curso
Resumo do movimento Anual

Nº	Conta do Razão Descrição	Saldo Razão em 31-12-2017	Movimentos		Saldo Razão em 31-12-2018
			Aumentos	Transferênc.	
442	Imobilizações em Curso de Imobilizações Corpóreas	4.735.884,98 €	1.345.440,13 €	-1926115,25 €	4.155.209,86 €
445	Imobilizações em Curso de Bens de Domínio Público	170.759,61 €			170.759,61 €
		4.906.644,59 €	1.345.440,13€	-1.926.115,25 €	4.325.969,47 €

Quadro 26 - Imobilizado em Curso

Imobilizado Incorpóreo
Resumo do movimento Anual

Nº	Conta do Razão Descrição	Saldo Razão em 31-12-2017	Movimentos	Saldo Razão em 31-12-2018
			Aumentos	
431	Despesas de instalação	74.727,97 €		74.727,97 €
432	Despesas de invest. e desenv.	105.675,45 €		105.675,45 €
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00 €		0,00 €
	Quadro 27 - Imobilizado Incorpóreo	180.403,42 €		180.403,42 €

Quadro 27 - Imobilizado Incorpóreo



Amortizações Acumuladas-resumo anual

Nº	Conta de Razão Designação	Saldo de Razão em 31-12-2017	Movimento de 2018				Saldo de Razão em 31-12-2018
			Reforço	Anulações por Abates	Transferências	Regularizações	
48.5.2	Edifícios	2.199,83	156,30 €				2.356,13 €
48.5.3	Outras Construções e Infraestruturas	2.690.835,10 €	347.564,89 €				3.038.399,99 €
48.5.5	Bens de Patri. Histórico, Artístico e Cultura	10.773,62 €	3.253,74 €				14.027,36 €
48.5.9	Outros Bens de Domínio Público	1.624,85 €	2.437,27 €				4.062,12 €
	Total	2.705.433,40 €	353.412,20 €				3.058.845,60 €
48.2.1	Terrenos e Recursos Naturais						
48.2.2	Edifícios e O. Construções	10.388.082,49 €	1.111.511,89 €				11.499.594,38 €
48.2.3	Equipamento Básico	448.844,54 €	46.680,23 €				495.524,77 €
48.2.4	Equipamento de Transporte	1.315.165,30 €	53.504,04 €				1.368.669,34 €
48.2.5	Ferramentase e Utensílios	55.806,53 €	6.709,77 €				62.516,30 €
48.2.6	Equipamentos Administrativos	822.331,42 €	47.528,76 €				869.860,18 €
48.2.7	Taras e Vasilhame						
48.2.9	O. Imobilizações Corpóreas	409.085,39 €	41.487,94 €				450.573,33 €
	Total	13.439.315,67 €	1.307.422,63 €				14.746.738,30 €
48.3.1	Despesas de instalação	72.727,97 €					72.727,97 €
48.3.2	Despesas de invest. e desenv.	23.197,68 €	8.237,33 €				31.435,01 €
48.3.3	Propriedade industrial e outros direitos						
48.3.4							
	Total	95.925,65 €	8.237,33 €				104.162,98 €
	Total Geral	16.240.674,72 €	1.669.072,16 €				17.909.746,88 €

Quadro 28 - Amortizações Acumuladas



Divulgações:

Na valorimetria dos bens do ativo imobilizado foi utilizado o critério do custo histórico, tendo as amortizações sido calculadas pelo método das quotas constantes, obedecendo às disposições do POCAL e do CIBE.

O processo de inventariação e avaliação do património foi desenvolvido pelas seguintes fases:

-Numa primeira fase, foram inventariados os bens constantes das contas da classe 4 imobilizada, adquiridos como tal e assim registados. Este trabalho desenvolvido só abrangeu aquisições desde 2003 até 2008.

-Numa segunda fase, foram feitas correções a erros detetados quanto à classificação de bens e aquisições, que de facto não correspondiam a bens capitalizáveis. Estas correções, traduziram-se em reclassificações contabilísticas e ajustamentos contabilísticos.

-Numa terceira fase, foram identificados bens, nomeadamente imóveis e viaturas adquiridos antes da implementação do POCAL pela Autarquia em 2003, que foram valorizados e acrescentados ao imobilizado com ajustamentos nos capitais próprios.

Apesar do trabalho já desenvolvido, não foi possível arrolar, inventariar e valorizar parte dos bens do domínio público utilizados pelo Município ou à sua guarda, mas que não afetam os valores expressos no balanço, pois o valor que lhes será atribuído é zero, nos termos do POCAL.

No âmbito do trabalho efetuado já foi possível registar amortizações de bens adquiridos e identificados entre o ano de 2003 e o ano de 2014 que originaram amortizações acumuladas com ajustamento nos capitais próprios, e amortizações relativas aos bens adquiridos no ano de 2018.

8.2.8 - Desagregação de cada uma das rubricas dos mapas antecedentes, esta informação encontra-se referenciada nos mapas do Património.

8.2.9 - Custos incorridos no exercício respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, o Município não está a capitalizar este tipo de juros.

8.2.10 - Não há reavaliação dos bens do imobilizado.



8.2.11 - Quadro discriminativo das reavaliações, o Município não efetuou qualquer reavaliação dos bens do imobilizado.

8.2.12 - No que se refere às Imobilizações em poder de terceiros, Imobilizações implantadas em propriedade alheia, Imobilizações reversíveis e discriminação de custos financeiros nelas capitalizáveis, temos a referir o seguinte:

O município implementou um Centro de Alto Rendimento para Remo do Pocinho, em terrenos que são propriedade da EDP, com direito de uso durante 50 anos

8.2.13 - O Município não recorreu neste exercício ao regime de locação financeira.

8.2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

Não foi até à data, possível valorizar todo o imobilizado que são bens de domínio público à responsabilidade do Município, com datas de aquisição ou afetação anteriores a 2003, por que a inventariação e arrolamento desses bens, apesar de se terem iniciado, não foi possível ainda concluí-la por manifesta falta de informação e de meios humanos e materiais adequados.

8.2.15 - Identificações dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.

Só procedemos a amortizações de bens de domínio público, que são depreciáveis.

8.2.16 - Entidades Participadas.

Designação	Sede	Valor	%	Capital	Resultado Líquido	Ano
Ribeira da Teja, E.M.Lda	Rua Ciade Nova nº 2. 5150-566 V.N. de Foz Côa	1.400.000€	56,0	2.500.000 €	554.277,67€	2018
Águas do Norte, SA	Av. Osnabruk, nº 29 5000-427Vila Real	115.890,00€	0,0076	104.874.727,00€	7.168.844,00€	2018

Quadro 29 - Entidades Participadas

A Ribeira da Teja EM Lda., com 56%, com estatuto de empresa local faz parte do seu perímetro de consolidação.

8.2.17 - Não aplicável

8.2.18 - Não aplicável



8.2.19 - Não aplicável

8.2.20 - Não aplicável

8.2.21 - Não aplicável

8.2.22 - O valor global das dívidas de clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa no montante de 9.042,65€.

8.2.23 - Não existem dívidas respeitantes ao pessoal da autarquia local.

8.2.24 - Não aplicável

8.2.25 - Não aplicável

8.2.26 - Mapa de contas de ordem em anexo à prestação de contas.

8.2.27 - A conta de provisões acumuladas reflete o reconhecimento da perda que se pode verificar em clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa no montante de 9.042,65€ e dos Processos Judiciais em Curso o montante de 1.066.618,41€.

8.2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 "Fundo patrimonial", constantes do balanço.

CONTAS CLASSE	DESCRIÇÃO	ANO 2017	Afetação do Resultado	Variações do Exercício	ANO 2018
51	Património	30.442.287,39€	746.632,38€		31.188.919,77€
57	Reservas	1.654.105,82€	37.941,90€		1.692.047,72€
59	Resultados Transitados	264,82€	-121.925,61€		-122.190,43€
88	Resultado Líquido do Exercício	758.837,95€	-289.575,72€		469.262,23€
	Total	32.855.495,98€	373.072,95€	0,00 €	33.228.039,29€

Quadro 30 - Fundo Patrimonial

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, como segue:

O custo das matérias consumidas refere-se ao custo de aquisição da água utilizada no serviço de abastecimento de água à população.



MUNICÍPIO DE FOZ CÔA	2018	2017
DESCRIÇÃO	MERCADORIAS	MERCADORIAS
INVENTÁRIO INICIAL	0,00	0,00
COMPRAS ÁGUA	468 634,56	497 021,72
REGULARIZAÇÃO DE INVENTÁRIO	0,00	0,00
INVENTÁRIO FINAL	0,00	0,00
Custo Mercad. Vend. Mat, consumidas	468 634,56	497 021,72

Quadro 31 - Demonstração do CMVMC

8.2.30 - Não aplicável.

8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

ANO 2018

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA

- MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

Janeiro - Dezembro

Pag. 1

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
681 - JUROS SUPOSTADOS	2.779,05	2.311,35	781 - JUROS OBTIDOS		
682 - PERDAS EM ENTIDADES PARTICIPADAS			782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS		
683 - AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS			783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS		
684 - PROVISÕES PARA APLICAÇÕES FINANCEIRAS			784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL		386,77
685 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS			785 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO FAVORÁVEIS		
687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA			786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS		
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	3.697,30	3.367,28	787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA		36,06
RESULTADOS FINANCEIROS	-6.476,35	-5.255,78	788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS		
Total		422,85	Total		422,85

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ____

Quadro 32 - Demonstração de Resultados Financeiros



8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS						ANO 2018
ENTIDADE		M.V.N.FOZ COA		MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA		Janeiro - Dezembro
						Pag. 1
CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS		
	N	N - 1		N	N - 1	
691 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	124.243,93	357.197,27	791 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS			
692 - DÍVIDAS INCOBRÁVEIS		8.624,14	792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS			
693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS			793 - GANHOS EM EXISTÊNCIA			
694 - PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES		12.500,00	794 - GANHOS IMOBILIZAÇÕES	5.000,25		
695 - MULTAS E PENALIDADES			795 - BENEFÍCIOS PENAL. CONTRATUAIS	13.335,51	7.763,04	
696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES			796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES	14.145,00		
697 - CORREÇÕES REL. EXERC. ANTERIORES	604,46	28,19	797 - CORREÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES		1.517,56	
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	239.888,86	1.026,78	798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	977.452,31	739.175,99	
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	645.196,22	369.080,21	Total	1.009.933,47	748.456,59	
Total	1.009.933,47	748.456,59				

ORGÃO EXECUTIVO
Em ___ de _____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO
Em ___ de _____ de ____

Quadro 33 - Demonstração de Resultados Extraordinários

8.2.33 - Provisões e Contingências

Provisões

Nos termos do POCAL, devem ser criadas provisões, sempre que existirem riscos que possam ser seguramente quantificados. O Município, constituiu as seguintes provisões, para ocorrer a riscos identificados e quantificados:

Provisões	Saldo inicial	Aumentos	Utilização	Reversão	Saldo final
Cobranças Duvidosas	23.187,65€			14.145,00€	9.042,65€
Processos judiciais em curso	214.791,00€	851.827,41€			1.066.618,41€
Outros riscos e Encargos					
Total	237.978,65€	851.827,41€	0.00	14.145,00	1.075.661,01€



Contingências

O Município tem acionado por terceiros os seguintes processos:

- 1) Proc. nº 2222/13.5BEPRT do TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE LISBOA (Ação Administrativa Comum) - valor: 648.236,41€ - aguarda audiência prévia;
- 2) Proc. nº 79/14.8BECTB do TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE CASTELO BRANCO (Ação Administrativa Comum) - valor: 140.679,50€ - aguarda audiência prévia;
- 4) Proc. nº 55/18.1BECTB do TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE CASTELO BRANCO - Ação Administrativa - valor 17.835,00€ - aguarda marcação de audiência prévia.
- 5) Proc. nº 12952017060000003559 - TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE CASTELO BRANCO - Recurso, Contra - Ordenação Tributaria - valor de 45.076,00

Foi efetuada uma provisão pelo valor total de 851.827,41€, referente a estes processos em cumprimento do princípio da prudência preconizado no POCAL, uma vez que não existe segurança absoluta de que o Município não possa vir a ser condenado.

No que concerne aos processos nsº.326/17.4 BECTB (36.653,43€) e 295/11.4 BECTB (178.137,57€, valor adjudicado pelo Município), foi efetuado uma provisão pelo valor total de 214.791,00€, no ano de 2017.

8.3 - NOTAS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO

8.3.1- Mapa das Modificações ao Orçamento - **Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;**



8.3.2 - Mapa das Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;

8.3.3 - Mapa da Situação dos Contratos - Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas;

8.3.4 - Mapas de Transferências - Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;

8.3.4.1 - Transferências Correntes - Despesa - Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;

8.3.4.2.- Transferências de Capital - Despesa Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;

8.3.4.3 - Subsídios Concedidos - Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;

8.3.4.4.- Transferências Correntes - Receita Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;

8.3.4.5.- Transferências de Capital - Receita Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;

8.3.4.6.- Subsídios Obtidos - Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas que vão junto ao Relatório de Gestão;

8.3.5.1 - Ativos de Rendimento Fixo - Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas que vão junto ao Relatório de Gestão;

8.3.5.2 - Ativos de Rendimento Variável - Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas que vão junto ao Relatório de Gestão;

8.3.6 - Mapa dos empréstimos

8.3.6.1 - Empréstimos;

8.3.6.2 - Outras dívidas a terceiros;

De acordo com a alínea c) do n.º 13 do POCAL, interessa focar a evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo a terceiros (contas 22, 23 e 26), nos últimos 9 anos, individualizando as dívidas a instituições de crédito.



ANO	DÍVIDAS A MÉDIO E LONGO PRAZOS								DÍVIDAS A CURTO PRAZO	TOTAL GERAL	% Evolução
	BANCOS E DIRECÇÃO GERAL DO TESOURO					Acordos de Regularização			OUTROS TERCEIROS		
	CGD	BES	CCA	IGTCP	Total dos Emprést.	Águas do Norte	AMDS	Total dos Acord.			
2007	1.885.099,43 €	1.022.021,10 €			2.907.120,53 €	445.448,49 €		445.448,49 €	338.436,50 €	3.691.005,52 €	27,82%
2008	1.180.767,11 €	950.874,40 €			2.131.641,51 €	316.365,38 €	226.809,25 €	543.174,63 €	990.143,50 €	3.664.959,64 €	-0,71%
2009	1.321.819,47 €	848.757,51 €	740.217,20 €	162.572,00 €	3.073.366,18 €	189.094,38 €	203.646,29 €	392.740,67 €	1.856.514,96 €	5.322.621,81 €	45,23%
2010	994.635,79 €	780.108,65 €	742.882,09 €	162.572,00 €	2.680.198,53 €	127.271,00 €	630.015,21 €	757.286,21 €	1.211.032,31 €	4.648.517,05 €	-12,66%
2011	825.648,51 €	711.459,79 €	1.107.280,06 €	162.572,00 €	2.806.960,36 €	63.635,50 €	523.833,45 €	587.468,95 €	1.813.364,79 €	5.207.794,10 €	12,03%
2012	657.947,28 €	642.810,93 €	989.735,99 €	162.572,00 €	2.453.066,20 €	671.245,85 €	450.184,56 €	1.121.430,41 €	783.308,02 €	4.357.804,63 €	-16,32%
2013	486.234,41 €	574.162,02 €	865.622,67 €	162.572,00 €	2.088.591,10 €	497.498,15 €	357.759,28 €	855.257,43 €	1.112.661,07 €	4.056.509,60 €	-6,91%
2014	313.210,45 €	505.513,21 €	740.350,16 €	146.314,80 €	1.705.388,62 €	326.721,12 €	266.011,27 €	592.732,39 €	259.924,36 €	2.558.045,37 €	-36,94%
2015	138.700,54 €	436.864,35 €	664.058,10 €	113.800,40 €	1.353.423,39 €	169.632,70 €	173.956,98 €	343.589,68 €	59.823,03 €	1.756.836,10 €	-31,32%
2016	26.410,76 €	364.551,15 €	586.810,42 €	81.286,00 €	1.059.058,33 €		82.616,09 €	82.616,09 €	68.106,50 €	1.209.780,92 €	-31,14%
2017	- €	292.237,96 €	508.899,13 €	48.771,60 €	849.908,69 €	- €	20.654,03 €	20.654,03 €	72.154,63 €	942.717,35 €	-22,08%
2018	- €	219.925,83 €	430.773,71 €	16.257,20 €	666.956,74 €	- €	- €	- €	128.412,90 €	795.369,64 €	-15,63%

Quadro 34 - Dívidas a Curto Prazo, Médio e Longo Prazos

Neste mapa, não só se encontram relatadas as dívidas a fornecedores de médio e longo prazo, como também as dívidas de curto prazo.



Mapa das dívidas a terceiros (descriminado) - Ano de 2018

ENTIDADE		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS			DATA	ANO	PAGINA
M.V.N.FOZ COA		Período : 2018/01/02 a 2018/12/31			2019/04/03	2018	1
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL		
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREADOR	
22		FORNECEDORES		92.808,66		128.412,90	
22.1		Fornecedores c/corrente		20.654,03			
22.1.3		ACORDOS DE REGULARIZAÇÃO		20.654,03			
22.1.3.02.2		A.M.D.S - M/LONGO PRAZO		20.654,03			
	69	ASSOCIACAO DE MUNICIPIOS DO DOURO SUPERIOR		20.654,03			
22.8		Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		72.154,63		128.412,90	
	1036	TOTAMAT - COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO, UNIPessoal LDA				89,99	
	112	CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, SA		919,19		611,42	
	116	MEO-SERVICOS DE COMUNICACOES E MULTIMEDIA, S.A.		433,52		1.396,95	
	1250	FERNANDO PEIXINHO & JOSÉ LIMA, SROC, LDA.		1.180,80		1.180,80	
	130	PETROLEOS DE PORTUGAL- PETROGAL S. A.		2.221,55		5.089,53	
	1433	ORONA PORTUGAL, SOC. UNIPessoal LDA.		547,30		547,30	
	1534	COMBUSTIVEIS VIDEIRA & FILHOS, LDA		951,37			
	17	EDUARDO JORGE CHEIO FERNANDES				16,94	
	1989	INFORCINCO-COM.E SERV.ESPEC. DE INFORMÁTICA, LDA				88,41	
	1995	STERICY PORTUGAL, LDA		155,70		157,06	
	1997	AMBIMED - GESTÃO AMBIENTAL, LDA		29,93		29,93	
	2033	ROTA DAS GRAVURAS UNIPessoal, LDA		2.362,74		2.486,76	
	2222	EDP COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, SA		614,99		101.724,18	
	2234	FERNANDO POMBINHO UNIPessoal, LDA				248,16	
	2249	AUTO MECANICA VALE DO COA, LDA				147,60	
	2368	GASCAN - GASES COMBUSTIVEIS, S.A.		5.351,38		832,94	
	2576	JOSÉ & LUÍS - PEÇAS, LDA				92,50	
	2625	REBOQUES CARLOS MARTINS & FILHOS, LDA		393,60		79,95	
	2645	AGUAS DO NORTE - GRUPO AGUAS DE PORTUGAL				3.109,63	
	2730	ESCALAPLAUSO UNIPessoal, LDA				121,98	
	2781	CLAUDIA CRISTINA MARTINS GOUVEIA PEREIRA				443,46	
	2790	ADSE - INSTITUTO DE PROTECAO E ASSISTENCIA NA DOENÇA, I.P.				2.366,29	
	2794	PH ENERGIA, LDA.		9.348,69			
	3000	NUNO ALEXANDRE TIAGO TRINCHETA				339,20	
	373	SUPERCOA, SUPERMERCADO, LDA		475,17		92,01	
	458	GRAFINAL ARTES GRÁFICAS.		904,05			
	471	TRANSDEV INTERIOR, S.A.		6.977,19		5.765,50	
	58	RUI COSTA - UNIPessoal, LDA		1.008,60		805,65	
	595	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS TENENTE CORONEL ADÃO CARRAPATOSO DE V. N. FOZ COA		2.059,68			
	69	ASSOCIACAO DE MUNICIPIOS DO DOURO SUPERIOR		35.915,40			
	881	LRM- LAB. REGIONAL DE TRÁS OS MONTES, LDA		303,78		547,96	
26		OUTROS DEVEDORES E CREDORES		326.632,23		309.025,83	
26.1		Fornecedores de imobilizado		218.425,23		251.194,83	
26.1.5		FORNECEDORES DE IMOBILIZADO COM CAUÇÃO		218.425,23		155.873,85	
26.1.5.3		Fornecedores de imobilizado em dinheiro		218.425,23		155.873,85	
	1302	CONSEQUI - Construções, S.A.		361,31			
	1313	ALFREDO AUGUSTO BERNARDO		2.055,86			
	1354	EDUARDO LOPES CONSTRUÇOES, LDA.		6.944,25		6.944,25	
	141	GUALDIM ANCIÃES AMADO & FILHOS LD*		13.622,87		15.137,56	
	143	JOAO VEIGA - CONSTRUÇOES LDA.		21.886,91		18.826,24	
	1584	HORTO PROGRESSO DE MEDA, LDA		1.004,06		1.004,06	
	1597	ANTERO ALVES PAIVA, SOCIEDADE CONSTRUÇOES LDA.		3.191,85		1.986,97	
	1598	A. R. L. ANTONIO RODRIGUES LEAO - CONSTRUÇOES, S. A		7.127,19		7.127,19	
	1623	ANTONIO SARAIVA & FILHOS, LDA.		16.151,84		11.807,86	
	1964	CONSTRUÇOES VIDEIRA & FILHOS, LDA		5.100,01		5.100,01	
	2014	MANUEL VIEIRA & IRMAOS, LDA		1.562,41		1.177,50	
	2053	EQUIPAV ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.		6.704,19		6.525,90	
	2054	BIOSFERA CONSTRUÇÕES UNIPessoal, LDA.		12.103,59		12.103,59	
	2128	LEONEL FILIPE RAMOS FONSECA		786,68		786,68	
	2207	CIVILCASA II - CONSTRUÇOES LDA		866,09		866,09	
	2217	SAMUEL AUGUSTO, LDA		596,75			
	2220	ANTONIO PAULO SANTOS REIS		1.375,16		1.375,16	
	2251	ESCALA UNICA - CONSTRUÇÕES & IMOBILIARIA UNIPessoal LDA.,		3.526,55		3.526,55	
		A TRANSPORTAR ...		197.776,23		222.708,51	



ENTIDADE		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS		DATA	ANO	PAGINA
M.V.N.FOZ COA		Período : 2018/01/02 a 2018/12/31		2019/04/03	2018	2
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CRECOR
		TRANSPORTE ...		197.776,23		222.708,51
	2262	EDIBETRAS- EDIFÍCIO DE OBRAS PÚBLICAS DAS BEIRAS, LDA		70.141,80		3.714,45
	2293	MARIA DO CEU CARRINHO		174,63		174,63
	2296	ELECTROJARM, LDA		739,04		4.288,74
	2500	ANA PINA SANTOS UNIPessoAL, LDA		10.303,18		14.673,76
	2511	LUSOCOL - SOCIEDADE LUSA DE CONSTRUÇÕES, LDA		5.424,16		5.424,16
	2554	MAXIMIANO & PIRES, LDA		2.164,85		2.164,85
	2635	EUROTÊNIS-EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS, LDA		730,75		730,75
	2941	ASCENDETALENTO LDA				3.465,37
	38	EDUARDO ANTÓNIO SOUSA LOPES		5,56		5,56
	39	CHUPAS E MORRÃO, S A		3.327,58		3.327,58
	40	JOSE DO NASCIMENTO RAMOS		1.863,37		1.863,37
	41	BRIGIDA & DINIS, LDA		12.837,95		16.000,23
	42	L.G.B. SOCIEDADE DE PROJECTOS E INFRAESTRUTURAS ELECTRICAS DE TELECOMUNICAÇÕES,		5.000,00		5.000,00
	420	FRANCISCO SANTOS CEIFAO		744,79		744,79
26.1.7		OUTROS DEVEDORES E CREDITORES/FOZCOAINVESTE				95.320,98
26.1.7.1		SANTA CASA DA MISERICORDIA DE V. N. FOZ CÔA				49.646,34
26.1.7.2		ASS.HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS FOZ CÔA				31.028,97
26.1.7.3		ADEGA COOPERATIVA DO VALE DA TEJA				11.170,43
26.1.7.4		COOPERATIVA VITICULTORES E OLIVITICULTORES DE FREIXO DE NUMÃO				2.234,09
26.1.7.5		ADEGA COOPERATIVA DE VILA NOVA DE FOZ CÔA				1.241,15
26.8		Devedores e credores diversos		108.207,00		57.831,00
26.8.1		DEVEDORES DIVERSOS		102.432,00		51.216,00
26.8.1.2		CREDORES DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS		102.432,00		51.216,00
26.8.1.2.6		DEVEDORES E CREDITORES DIVERSOS-CREDITORES DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS- FAM		102.432,00		51.216,00
26.8.1.2.6.1		DÉVIDA A CURTO PRAZO - FAM		51.216,00		34.144,00
	2621	Fundo de Apoio Municipal		51.216,00		34.144,00
26.8.1.2.6.2		DÉVIDA A MÉDIO E LONGO PRAZO - FAM		51.216,00		17.072,00
	2621	Fundo de Apoio Municipal		51.216,00		17.072,00
26.8.9		Credores Diversos		5.775,00		6.615,00
26.8.9.9		OUTROS CREDITORES DIVERSOS		5.775,00		6.615,00
26.8.9.9.9		Credores Diversos - Outros		5.775,00		6.615,00
26.8.9.9.9.1		CREDORES DIVERSOS- INDIVIDUAL - CAUÇÕES CONCESSÃO		5.775,00		6.615,00
	1519	CELIA MARIA B.BRANCO PEREIRA		3.225,00		3.225,00
	2622	RUI AUGUSTO MURCA SOARES		2.550,00		2.550,00
	3011	ALBERTO VALDEMAR SOUSA ELEUTÉRIO				840,00
		TOTAL ...		419.440,89		437.438,73

Quadro 35 - Outras Dívidas a terceiros 2018



No gráfico abaixo é relatada a evolução das dívidas de curto médio e longo prazo, nos últimos anos.

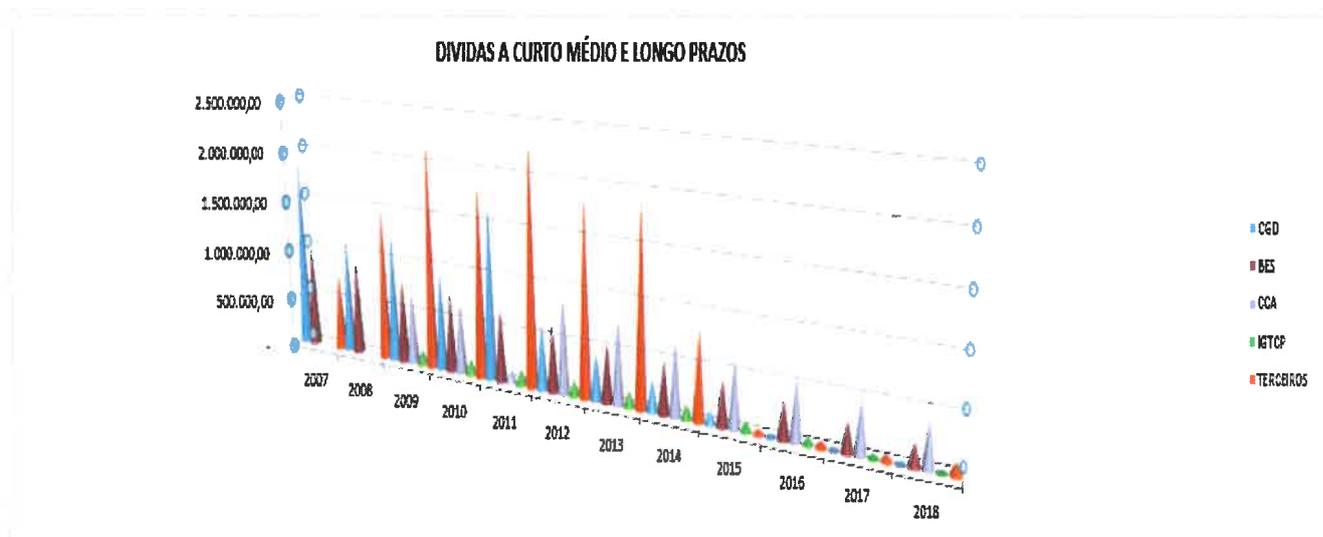


Gráfico 8 - Dívidas a Curto, Médio e Longo Prazos

Em cumprimento do art.º 15º da Lei nº 22/2015 de 17 de março, que alterou e republicou a Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, (LCPA e Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), a seguir se elenca de forma individual, todos os recebimentos e pagamentos pendentes (uma vez que o município não tem pagamentos em atraso) a 31 de Dezembro de 2018, bem como se declara que é nossa convicção que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2018, se encontram devidamente registados no programa contabilístico existente neste município (Anexo I), em compromissos futuros.



Recebimentos e Pagamentos à data de 31/12/2018

RECEBIMENTOS:

Entidade	Nº	Valor
Consumidores de água com pagamentos em atraso	Débitos ao Tesoureiro	9.042,65 €
A receber dos Fundos Comunitários		73.572,41€
	Total	82.615.06€



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA



Relatório de Gestão 2018

PAGAMENTOS:

Terceiro	Fornecedor	Referência	Nº Interno	Dt. Emissão	Dias em atraso	Valor	Acordo de Regularização de dívida	S/ Acordos de Regularização de dívida
2621	FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	2015/FAM	3689	2015-12-30	0	51.216,00 €	51.216,00 €	0,00
					Total	51.216,00	51.216,00	0,00

Quadro 36 - Recbimentos e Pagamentos a 31/12/2018

Praça do Município - 5150 - 642 Vila Nova de Foz Coa
Tel. 270 760 400 - Fax 279 760 438 Email: correio@cm-fozcoa.pt - www.cm-fozcoa.pt

76



De seguida ilustramos o ponto de situação dos projetos cofinanciados pelos fundos comunitários.

Programa	Designação do projeto	valores aprovados(atualizados)			valores a 31-12-2018					
		investimento elegível	comparticipação	%	faturados	submetidos		recebido	pedidos pendentes por receber	valores por receber ainda não submetido
						investimento elegível	comparticipação			
Norte2020	Centro de saúde de Vila nova de Foz Côa	360.000,00	306.000,00	85%	1.208.741,79	360.000,00	306.000,00	290.699,99	15.300,01	0,00
Norte2020	D2GOV_VN de Foz Côa	78.069,07	66.358,71	85%	68.555,77	68.555,77	58.272,40	0,00	58.272,40	
Norte2020	Mobilidade urbano -PAMUS	108.213,42	91.981,41	85%	20.603,75	20.603,75	17.513,19	17.513,19	0,00	
Norte2020	Novo Mercado Municipal	1.073.138,82	912.168,00	85%	0,00					
Norte2020	PIICIE	332.493,56	282.619,53	85%	0,00					
Turismo de Portugal	FozCoa Story House	1.959.948,00	400.000,00	20%	0,00					
									73.572,41	0,00

Quadro 37 - Posição dos projetos candidatos em 31/12/2018

Note-se que em 31 de dezembro de 2018, o Município tinha a receber de fundos comunitários a importância de **73.572,41 €**. Se contabilizarmos o valor a receber de fundos comunitários, a **descida** real das dívidas a Curto Prazo, Médio e Longo Prazos é de **23,43%**, em vez de **15,63%** (ver quadro 28 - Dívidas a Curto Prazo, Médio e Longo Prazos).

Prazo Médio de Pagamentos								
Anos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Nº de dias	93	93	39	67	14	23	20	6

* Nota: Dados provisórios da DGAL, publicados no Portal Autárquico.

Quadro 38 - Prazo Médio de Pagamentos



Realçamos que pela primeira vez e com todos os constrangimentos que o cumprimento da legislação em vigor nos impõe, este Município obteve em Prazo Médio de Pagamento 6 dias.

Autorização para Emissão:

As demonstrações financeiras e a execução orçamental foram aprovadas pela Câmara Municipal, órgão competente, no dia ---/04/2018.

Vila Nova de Foz Côa, 04 de Abril de 2018

O Presidente da Câmara,

Engº Gustavo de Sousa Duarte



ANEXO I



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
CÂMARA MUNICIPAL

Tel. 279 760 400 - Fax 279 760 438 E-mail: correio@cm-fozcoa.pt - www.cm-fozcoa.pt - 5150 642 VILA NOVA DE FOZ CÔA - N.º 11 300 829 187

DECLARAÇÃO

COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Eng.º Gustavo de Sousa Duarte, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, declara para os devidos efeitos e nos termos do disposto na alínea a) do n.º) do artigo 15.º da Lei n.º 22/2015 de 17 de março, que alterou e republicou a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro (LCPA e Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) que este município registou no ano de 2019 os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2018, e é nossa convicção que todos se encontram devidamente registados.

Praça dos Concelhos, 08 de janeiro de 2019

O Presidente da Câmara Municipal,

Eng.º Gustavo de Sousa Duarte

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
DE 22 DE JANEIRO DE 2019
----- Extrato da Ata -----
Declaração sobre Compromissos Plurianuais.
A Câmara Municipal deliberou: Por unanimidade, tomar conhecimento e enviar a presente declaração à Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º2 do artigo 15 da Lei n.º 22/2015 de 17 de março, que alterou e republicou a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

PRAÇA DO MUNICÍPIO - 5150 642 VILA NOVA DE FOZ COA